

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Centro de Letras e Comunicação

Programa de Pós-Graduação em Letras



Dissertação

(TRANS)FORMAÇÕES DE GÊNERO:

por uma análise discursiva dos processos de transexualidades

Laura Nunes Pinto

Pelotas, 2018

Laura Nunes Pinto

(TRANS)FORMAÇÕES DE GÊNERO:

por uma análise discursiva dos processos de transexualidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas – PPGL/UFPEL, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Linguística Aplicada

Orientadora: Prof^a Dr^a. Aracy Graça Ernst

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P659t Pinto, Laura Nunes

(Trans)formações de gênero : por uma análise discursiva dos processos de transexualidades / Laura Nunes Pinto ; Aracy Graça Ernst, orientadora. — Pelotas, 2018.

103 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Análise de discurso. 2. Performatividade. 3. Heteronormatividade. 4. Transgeneridade. 5. Sujeito trans. I. Ernst, Aracy Graça, orient. II. Título.

CDD : 410

Elaborada por Maria Inez Figueiredo Figas Machado CRB: 10/1612

Laura Nunes Pinto

**(TRANS)FORMAÇÕES DE GÊNERO: por uma análise discursiva dos processos
de transexualidades**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Linguística Aplicada, da Universidade Federal de Pelotas.

20 de agosto de 2018

Banca examinadora:



Prof^a. Dr^a. Aracy Graça Ernst

Orientadora/Presidente da Banca

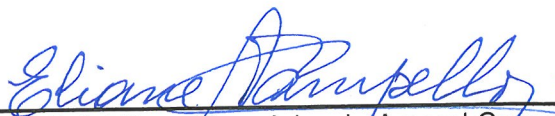
Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



Prof^a. Dr^a. Clóris Maria Freire Dorow

Membro da Banca

Doutora em Linguística pela Universidade Católica de Pelotas



Prof^a. Dr^a. Eliane Terezinha do Amaral Campello

Membro da Banca

Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*À mes chères Dadá e Rutinha qui m'ont transmis
leur passion de l'apprendre.*

Agradecimentos

À minha orientadora Aracy Graça Ernst pela competência e sabedoria no acompanhamento do meu trabalho, pela paciência na orientação e pelo carinho com que me deu a mão no percorrer desse período.

À minha mãe, que sem nem saber o que era feminismo, ensinou-me desde sempre (e para sempre) a lutar como uma mulher; agradeço o amor e carinho incondicionais dedicados a mim toda a vida.

Aos queridos e competentes professores do PPGL da UCPEL, exemplos a serem seguidos, por me proporcionarem as condições para pensar. Em especial à querida professora Dr^a Ercília Ana Casarin que, para além de uma excelente e inspiradora professora, tornou-se uma querida amiga.

Aos colegas do Curso de Mestrado, por sempre proporcionarem interessantes e inspiradoras discussões.

Aos meus queridos amigos, minha "chusma", por estarem sempre perto.

À Lana, ao Igor e ao André, que mais do que amigos são partes essenciais não só deste trabalho como da minha existência.

À Luiza que, para além de compartilhar bibliografias, compartilha as aflições e alegrias desta vida.

À minha querida, divertida e sempre unida grande família.

À CAPES pelo financiamento de meus estudos e pela possibilidade desta pesquisa.

*Because to write is to take risks,
and it is only by taking risks
that we know we are alive.*

Margaret Atwood

Resumo

PINTO, Laura Nunes. **(TRANS)FORMAÇÕES DE GÊNERO**: por uma análise discursiva dos processos de transexualidades. 2018. 103f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Com filiação na Análise de Discurso pêcheuxtiana, esta dissertação trata do discurso de um sujeito *trans* e da possibilidade desse discurso romper com saberes provenientes da norma hegemônica. É a partir da base teórico-analítica da Análise de Discurso pêcheuxtiana (AD) e da base teórica dos Estudos de Gênero que teço olhares, ao longo deste trabalho, a observar os elementos da materialidade discursiva em sua relação histórica e ideológica constitutiva com vistas à questão da performatividade de gênero, noção essa que propõe desconectarmo-nos da ideia de que a cada corpo corresponderia somente um gênero fixo, ou seja, o efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido como a forma pela qual gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos formam a ilusão de uma subjetividade marcada pelo gênero. Portanto, filiada aos Estudos de Gênero, penso que não há essência ou naturalidade nos gêneros que reproduzimos, esses, nada mais são do que construções discursivas que, ao serem criadas histórica, cultural e ideologicamente, estabelecem performances sociais normalizadas para o que entendemos como *homem* e *mulher*. A dissertação está organizada em cinco capítulos: no primeiro, apresento o referencial teórico em que me embaso para compor as análises, tratando de noções pertinentes à AD e aos Estudos de Gênero; no segundo, apresento as condições de produção situacionais e sócio-históricas do discurso trans; no terceiro, descrevo a forma como conduzi metodologicamente este trabalho trazendo à luz o discurso do sujeito trans entrevistado; no quarto, apresento meus gestos de análise sobre sequências discursivas de uma das entrevistas coletadas; e, no quinto e último capítulo, proponho um efeito de fechamento com base nas análises e nas discussões teóricas apresentadas bem como pondero a validade desta dissertação.

Palavras-chave: Análise de Discurso; performatividade; heteronormatividade; transgeneridade; sujeito trans.

Abstract

PINTO, Laura Nunes. **(TRANS)FORMATION OF GENDER**: for a discursive analysis of the transsexualities processes. 2018. 103f. Dissertation (Master Degree em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Affiliated with the Pêcheux Discourse Analysis, this dissertation discusses the discourse of a transgender subject and its possibility to break with the knowledges originated from the hegemonic norm. It is from the theoretic-analytic base of Pêcheux Discourse Analysis (AD) and from the theoretic base of the Gender Studies that are arranged views, during this work, to observe the elements of the discursive materiality and its historical and ideological constitutive relation aiming the gender performativity issue, notion that proposes to disconnect the idea that each body corresponds to only one fixed gender, in other words, the gender effect is produced by the body stylization and might be understood as the way gestures, movements and body styles of various kinds constitute the illusion of a subjectivity that is marked by the gender. Therefore, affiliated to the Gender Studies, I believe that there are not essences or naturalness on the genders we reproduce, these are nothing but the discursive constructions that, when are historically, culturally and ideologically created, establish normalized social performances for what we understand as *man* and *woman*. This dissertation is organized into five chapters: in the first, I propound the theoretical referential that I am based to compose my analyses, discussing the notions from the AD and from the Gender Studies; in the second, I posit the socio-historical and situational production conditions of the transgender discourse; in the third, I describe the way that the research was methodologically conducted, bringing the discourse of the trans subject; in the fourth, I present my analytic view about the discursive sequences collected from one of the interviews; and in the fifth and last chapter, I propose a closure effect based in the analysis and theoretical discussions presented as well as I ponder the validity of this dissertation.

Key-words: Discourse Analysis; performativity; heteronormativity; transgender; trans subject.

Sumário

Considerações iniciais.....	10
1. Análise de Discurso e Estudos de Gênero.....	16
1.1 Sujeito, ideologia e sentido.....	24
1.2 Questões de gênero.....	28
1.3 Ideologia e Cultura.....	37
1.4 A noção de <i>repetibilidade</i> para a AD: uma aproximação com a <i>performatividade</i> de gênero.....	41
2. Condições de produção.....	45
2.1 Por uma análise dos processos discursivos de transexualidades.....	47
3. Posicionamentos Metodológicos.....	51
3.1 Delimitação do Tema: (Trans)formações de Gênero.....	55
3.2 Construção do <i>corpus</i> discursivo mediante o corpo ininteligível.....	57
4. Gestos de Análise.....	61
4.1 Formações discursivas: o caminho para um processo higienizador.....	62
4.2 Designações: do <i>homem</i> ao resto.....	70
4.3 Coerção lógica disjuntiva: possíveis aproximações entre Butler e Pêcheux.....	77
5. Efeito de fechamento.....	81
Referências.....	87
Anexo.....	91

Considerações iniciais

Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. [...] Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio que existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele arranco sangue. Sou um escritor que tem medo da cilada das palavras: as palavras que digo escondem outras – quais? Talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no poço fundo. (Clarice Lispector. *Um sopro de vida*.)

Neste trecho de *Um sopro de vida*, Clarice me apresentou, antes mesmo da Análise de Discurso (doravante AD), a concepção de que todo enunciado sempre pode significar mais e além. Simultaneamente à noção de não transparência e obviedade dos termos e, por conseguinte, da linguagem, instaurou-se em mim uma grande insegurança em relação à minha escrita, visto que, uma vez que enunciadas, as palavras imergem em um poço fundo de significações e de lá espreitam os discursos para serem (re)significadas.

No entanto, há quase dois anos resolvi me aventurar pelos caminhos da Pós-Graduação e fui eterna e profundamente seduzida pelo campo de estudos da AD pêncheuxiana, que me cativara de forma mais tímida alguns anos antes, durante minha graduação em Letras. Foi por constituir-me, então, como sujeito neste campo de estudo, que me coloquei no lugar ilusório de dona do meu dizer, a fim de produzir o presente trabalho. Nessa reflexão inicial, começarei a explicitar o caminho percorrido desde os passos preliminares desta escrita até o efeito de fechamento das análises cujo *corpus* compõe a pesquisa.

A motivação desta pesquisa dá-se pela urgência de pensar teoricamente e questionar, fundamentada nos estudos sobre a sexualidade numa perspectiva histórico-social e crítica à razão ocidental, que têm início em Foucault, os processos pelos quais certas formas de sexualidade passaram a se tornar norma, ou, mais que isso, passaram a ser configuradas como “naturais”.

Entendo que os corpos são constituídos pelo discurso e, nesse sentido, recorro a Michel Foucault (1993, p.14) o qual afirma que “o sexo foi colocado em discurso”, dado que somos interpelados por diversos discursos sobre a sexualidade, enunciados por instituições que ele denominará de instituições de sequestro, como por exemplo, a Igreja, a família e a escola. Foucault propõe pensar como estes produzem certos tipos de sexualidade e como se empenham em controlá-los, posto que, desde sempre, os sujeitos são indiciados, classificados, hierarquizados, ordenados e definidos pela aparência de seus corpos mediante padrões e normas culturais. As marcas de gênero, raça, etnia e classe social sofrem juízo de valor e podem valer mais, ou menos, estabelecendo marcas de poder. Portanto, “definir alguém como homem ou mulher, como sujeito de gênero e de sexualidade significa nomeá-lo segundo as marcas distintivas de uma cultura” (LOURO, 2015, p.91). Isso significa dizer que, classificados no interior de uma cultura, esses corpos se fazem históricos e significantes, de tal modo que para que se construa sua materialidade, as normas regulatórias de gênero e da sexualidade – invenções sociais – precisam ser continuamente reiteradas. Assim, alguns sujeitos as repetem e reafirmam, ao passo que outros buscam delas escapar, numa tentativa de romper com suas amarras ideológicas. Perceber esse assujeitamento torna-se necessário para um olhar menos ingênuo em relação aos processos que nos determinam enquanto sujeitos.

Se as marcas de gênero estabelecem marcas de poder, posso pensar que pesquisar gênero se constitui em um ato político. Considerando, pois, a indissociabilidade entre corpo e linguagem, entre os saberes que afetam o sujeito e (con)formam sua identidade de gênero, o presente estudo pretende surpreender, na materialidade significativa, saberes tidos como “naturais”, e suas relações com a história e com a ideologia.

Ao longo deste trabalho, procuro descrever o processo de interpelação-identificação da constituição de um sujeito cuja identidade de gênero é historicamente silenciada e interdita. O reconhecimento das relações estabelecidas entre os ditos e os não-ditos no decorrer da primeira etapa da pesquisa, prepararam-me para começar a configurar meus gestos de interpretação sobre o discurso de um sujeito

*trans*¹ que gentilmente me concedeu as entrevistas que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Esta dissertação objetiva analisar, a partir do conceito de performatividade de gênero, cunhado pela filósofa Judith Butler, se o discurso do sujeito trans identifica-se com a norma hegemônica, ou se a subverte.

À luz dos estudos de gênero, Butler baseia-se no conceito de “performativo” da obra do filósofo inglês John Austin (1965) para desenvolver seu conceito de gênero performativo. Os (atos de fala) performativos, por não descreverem nem relatarem, não estão submetidos ao regime de verificação da verdade. Assim como os atos de fala, os “atos de gênero”, de acordo com a autora, são performativos que também estão fora do regime verdadeiro/ falso e que apontam para a fragilidade da normatividade de gênero ao explicitarem que a norma só pode funcionar como uma estrutura de repetição contínua. No desenrolar da dissertação, aproximarei tal conceito ao de “paráfrase discursiva”, noção provinda da AD, que trata da reiteração de pressupostos ideológicos que definem o sujeito. O *corpus* discursivo da dissertação é composto por sequências discursivas selecionadas de uma das cinco entrevistas gravadas que o sujeito trans me concedeu, tais entrevistas foram conduzidas de forma aberta e interessou-me, especialmente, durante essa etapa, compreender o funcionamento dos efeitos de exclusão e silenciamento sofridos quando a designação *travesti* era colocada em relação à designação *homem* no que tange aos processos de construção discursiva da identidade trans. Mobilizando meu gesto de análise em relação a essas designações fui levada a configurar as formações discursivas que regem e organizam os saberes aos quais se encontra filiado o discurso trans. Para tanto, propus um gesto interpretativo que discorre sobre a configuração das formações discursivas mediante um processo que, a meu ver, constitui-se em um processo higienizador. Essas formações discursivas correspondem não só a uma ordem heteronormatizadora, mas também a uma ordem que nomeei de homonormatizadora, igualmente pautada nas noções hegemônicas sobre os gêneros. Seus saberes podem

¹A designação *transgênero* faz referência ao sujeito da pesquisa. Optei pela abreviação *trans* para colocá-la em oposição à identidade cis-gênero (identidade de acordo com a heteronorma e com os padrões sócio historicamente estabelecidos) e por entender que tal abreviação abarca tanto o grupo das transgêneros quanto o grupo das transexuais e travestis. Uma vez que o sujeito da pesquisa se identifica ora como transexual, ora como travesti, penso ser ético não lhe estabelecer, durante minha escrita, qualquer identidade fixa.

até transgredir a (hetero)ordem estabelecida, mas exigem uma organização heteronormativa prévia para que existam. Da mesma forma, procuro, ao longo desta dissertação, configurar os saberes que estariam se relacionando com uma formação discursiva *Queer*², designada dessa forma para caracterizar a formação discursiva que, de fato, venha a romper com os saberes normativos.

Torna-se importante citar que tomo o conceito de homonormatividade, conforme apontou o Dr. Rogério Junqueira, pesquisador integrante do Inepem, na palestra intitulada *Homonormatividade e Homonacionalismo* no ano de 2016 na Universidade Federal de Pelotas, quando define este conceito como um subproduto da heteronormatividade. De acordo com o pesquisador, a homonormatividade contribuiria para a constituição de um pensamento sobre a questão LGBT a partir de condutas heterossexuais normativas culminando na determinação de identidades *Queer* higienizadas e padrões comportamentais aceitáveis. Assim, as políticas sexuais homonormativas parecem ensejar um reconhecimento da “diversidade sexual” dentro dos limites de um processo de inserção assimiladora na ordem social e sexual neoliberal.

No decorrer das entrevistas e do meu trabalho de escrita, busquei questionar o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados, processo este que faz evidente a heterossexualidade como a sexualidade “normal” e indica a necessidade da constante reiteração das normas sociais regulatórias, a fim de garantir uma identidade sexual legitimada. Assim, permito-me pensar que tanto as manifestações de gênero quanto as de sexualidade se fazem e se transformam histórica, cultural e ideologicamente.

Contudo, de acordo com a noção hegemônica da heteronorma, costuma-se afirmar que determinado sexo (caráter biológico) indica determinado gênero, e que

² *Queer* é um termo assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais. O termo significa colocar-se contra a normalização e tem como alvo imediato de oposição a heteronormatividade compulsória. A forma de ação *Queer* é transgressiva e perturbadora.

Queer como teoria ultrapassa a teorização de questões gays e lésbicas. A Teoria *Queer* pode ser vinculada as vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que problematizaram as noções de sujeito, identidade, agência e identificação. O alvo tanto da Teoria quanto da política *Queer* é a crítica à oposição heterossexual/homossexual, como um regime de poder/saber, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre sujeitos.

este gênero, por sua vez, indica um desejo³, supondo assim, uma falsa coerência sexo-gênero-sexualidade. Defendo que essa sequência não pode ser concebida como natural, pois não é segura muito menos indiscutível, para que seu funcionamento seja assegurado, são necessários investimentos contínuos e repetidos postos em ação pelas leis, pelas igrejas, pelas escolas, pelas famílias e pelas mídias, com o intuito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. Normas essas que têm a intenção de balizar limites de sanidade, legitimidade, moralidade e de coerência nos corpos e nos gêneros a serem performatizados; por isso, a necessidade de reiterá-las o tempo todo. No entanto, a meu ver, tal caráter reiterativo apresenta tremenda ambiguidade no que concerne a gênero e sexualidade, pois se é preciso reiterá-los e repeti-los para tê-los “estáveis”, podemos supor o quão instáveis e inseguros eles são. Como afirma Pêcheux (2014, p. 277) no anexo de *Semântica e Discurso*, “não há ritual sem falhas”, portanto, toda e qualquer ordem está sujeita a ser desviada, negada e subvertida.

Assim, também aqueles corpos e aquelas identidades consideradas normais são produzidos através de uma série de repetições e atitudes que, contingentemente, estabeleceram-se como adequadas e legítimas. Talvez seja por evidenciarem a arbitrariedade de tais signos que aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero e de sexualidade perturbem tanto as “verdades” consideradas próprias de cada um desses territórios.

Tendo em vista esses entendimentos sobre a produção das identidades, três foram as questões que nortearam minhas análises: (1) como a heteronorma influencia o processo de constituição de sujeitos trans; (2) quais possíveis rupturas ou deslizamentos no discurso hegemônico heteronormativo são passíveis de (re)significar o corpo, e (3) se há, no processo de constituição desse sujeito trans, a possibilidade de filiação com uma formação discursiva diferente daquelas não-heteronormativas. Foram essas questões norteadoras que me auxiliaram a definir o objetivo principal da pesquisa, qual seja, se o discurso do sujeito trans identifica-se com a norma hegemônica, ou, se a subverte.

³ O desejo, conceito freudiano desenvolvido também por Lacan, é produto da linguagem que se constitui em causa: causa do dizer, causa do discurso e causa do sujeito.

Estruturei esta dissertação nos seguintes capítulos, procurando entrelaçar, quando possível, teoria e análise: no primeiro, apresento o referencial teórico em que me embaso para compor as análises, tratando de noções pertinentes à AD e aos Estudos de Gênero; no segundo, apresento as condições de produção situacionais e sócio-históricas do discurso trans; no terceiro, descrevo a forma como conduzi metodologicamente este trabalho trazendo à luz o discurso do sujeito trans entrevistado; no quarto, apresento meus gestos de análise sobre sequências discursivas de uma das entrevistas coletadas; e, no quinto e último capítulo, proponho um efeito de fechamento com base nas análises e nas discussões teóricas apresentadas.

Capítulo 1

1. Análise de Discurso e Estudos de Gênero

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem. (ORLANDI, 1999, p.9)

As teorias que alicerçam esta dissertação são a Análise de Discurso pêcheuxtiana e as dos Estudos de Gênero. A primeira trata dos processos de significação que se dão no espaço de uma memória – memória de efeitos de sentidos que já se deram - memória discursiva. Assim, o discurso, objeto da AD, é o efeito de sentido entre interlocutores, efeito esse derivado da memória discursiva. Portanto, ele não pode ser considerado como a língua em si, pois além de necessitar dos elementos linguísticos, envolve questões que vão além desse âmbito, questões exteriores à língua, aspectos ideológicos e sócio-históricos relacionados a dizeres anteriores. A segunda reflete sobre as formas de silenciamento, submetimento e opressão que determinados gêneros sofrem em relação a outros, ou seja, reflete sobre as relações de poder. São trabalhados, nos Estudos de Gênero, conceitos como identidade e diferença, para que se proponha pensar na complexidade dessas relações de poder e para que se pense como se constitui a subjetividade.

Quanto à Análise de Discurso, podemos dizer que se configura como uma disciplina de entremeio, pois se articula numa relação entre três domínios

disciplinares: a Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, o Marxismo, como teoria das formações sociais e suas transformações e a Teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Todos os três domínios disciplinares estão atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Michel Pêcheux, principal filósofo deste estudo, inaugurou um novo período de reflexão, propondo uma teoria não subjetiva da linguagem que implica o fato de a linguagem não ser transparente e tampouco homogênea. Na ótica pêcheuxtiana, o sentido não é claro, óbvio ou evidente, tampouco se encontra inscrito nas palavras ou expressões em sua transparência, mas nos processos históricos que as constituem.

Pêcheux formula essa teoria, baseando-se na colocação de Althusser, segundo a qual, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Assim como, para a teoria discursiva, a linguagem não é una, homogênea, o sujeito também não é. Ele é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, produzindo um sujeito clivado, descentrado, não se constituindo na origem do sentido. Ele é, portanto, integrado ao funcionamento do discurso, determinando e sendo determinado tanto pela língua quanto pela história. Contudo, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte, origem de seu dizer. O sujeito do discurso é interpelado pela ideologia, mas se acredita livre e onipotente.

Também a cultura, assim como a ideologia, interpela os indivíduos em sujeitos no sentido de que os limita a reproduzir uma trama de práticas, rituais, crenças e significados já sedimentados que dão a impressão de homogeneidade. Impressão essa impossível, pois assim como o sujeito e a linguagem, a cultura também é heterogênea, mas produz um imaginário de unidade a partir de alguns padrões compartilhados que ditam como os sujeitos devem ser e fazer para pertencerem a um grupo.

Leandro Ferreira e Ramos consideram que a cultura está enredada pela ideologia, mas que uma não pode substituir a outra. A ideologia propõe os sentidos de uma cultura. Portanto, para se pensar a cultura é necessário que se busque o processo histórico que a produz, assim como suas relações com o poder e com os conflitos de interesse dentro da sociedade. Dizem as autoras:

Podemos dizer que a cultura tem seu lugar na análise do discurso, onde passa a ser entendida a partir de sua não completude, está sujeita ao equívoco e à falha em suas práticas inseridas nos processos históricos de reprodução, mas que, assim como a ideologia e o inconsciente, mascara seu processo de operacionalização, fabricando um efeito de unidade, de homogeneidade, encobrendo seu caráter heterogêneo e ignorando as diferenças internas. A cultura em relação com a ideologia perpassa as relações entre os sujeitos e o mundo, fazendo, dessa forma, parte da constituição do sujeito e de sua relação com a língua, com os sentidos produzidos e no seu relacionamento com o outro. A cultura também comporta o espaço da resistência, pois, sabendo que não há ritual sem falha e que a interpelação nunca é perfeita, abrem-se brechas para a resistência, para a ruptura e, portanto, para mudança, para transformação (2016, p.143).

Na perspectiva da Análise de Discurso pêcheuxtiana, todos os sentidos são ideológicos, sendo assim, a ideologia é constitutiva tanto da linguagem quanto dos sujeitos por ela interpelados. Pêcheux e Fuchs (1993) defendem que o discurso é a materialidade específica da ideologia, explicando a relação entre o discursivo e o ideológico através da mobilização das noções de formações ideológicas e de formações discursivas, a serem desenvolvidas posteriormente.

A inscrição do sujeito em uma determinada formação discursiva se faz pelo viés de posições-sujeito. Há diferentes posições-sujeito dentro da mesma formação discursiva, o que as faz heterogêneas e espaços de contradição e diferenças internas. Portanto, os saberes de uma formação discursiva podem reconfigurarem-se, abrindo espaço para demais posições-sujeito no interior desse regime de saberes. Essas outras posições-sujeito podem se relacionar de maneira distinta com a forma-sujeito⁴ que regula e organiza o dizer das diferentes posições-sujeito que convivem em uma FD. Com isso, ao enunciar, o sujeito mobiliza saberes de uma formação discursiva materializando, dessa forma, a posição-sujeito assumida no discurso. Posição-sujeito essa também heterogênea, possibilitando espaço para a movência de saberes uma vez que não há assujeitamento pleno.

O assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico é assegurado pela reprodução contínua de relações de classe estabelecidas materialmente pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. O Estado intervém por intermédio dos seus Aparelhos Repressores e Aparelhos Ideológicos, qual seja por meio da repressão ou da ideologia, a fim de submeter a classe dominada às relações e condições de

⁴ “Diremos que a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso.” (PÊCHEUX, 2014, p.154)

exploração. Ou seja, ele dita as normas e os padrões de convivências e dita também o que é considerado *normal* e transgressor. Logo, os considerados “bons-sujeitos” pela intervenção ideológica são aqueles que seguem os padrões propostos pelas formações discursivas, sem contestá-los, sob a forma do “livremente consentido” (PÊCHEUX, 2014, p.199) Essa, de acordo com Pêcheux (2014) é a primeira modalidade de tomada de posição, ou seja, o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, “sofrendo cegamente essa determinação” (PÊCHEUX, 2014, p.199). Fazem-no, assim, de forma *natural*. Já os “maus-sujeitos”, aqueles que ousam se rebelar, caracterizam a segunda modalidade de tomada de posição, na qual o sujeito se volta contra as determinações do interdiscurso, contra-identificando-se com a formação discursiva que lhe é imposta. Logo, a ideologia somente existe para os sujeitos e por meio deles, e, nessa perspectiva, Althusser (1970, p. 113) acrescenta que “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto para que aceite (livremente) a sua sujeição e os atos da sua sujeição”.

Pêcheux e Fuchs (1993) salientam que as posições políticas e ideológicas que se confrontam na luta de classes organizam-se em formações denominadas formações ideológicas, que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Em relação com a ideologia, ainda no quadro epistemológico da AD, a Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos, encontra-se articulada com a região do Materialismo Histórico. Conforme Mittmann, “os mecanismos sintáticos deixam de ser o sistema autônomo, objeto da linguística, e passam a servir como base linguístico-material para a análise dos processos semântico-discursivos”. (2003, p. 39)

Assim, consideramos, na AD, a linguagem como sendo determinada por processos histórico-sociais e a língua, enquanto sistema formal, como a condição de possibilidade dos processos discursivos que se desenvolvem em relações ideológicas de classe.

Já na perspectiva dos estudos de gênero que abordo nesta pesquisa, a concepção de cultura aproxima-se do proposto por Leandro Ferreira (2016), ou seja, para que pensemos a cultura é necessário que possamos depreender o processo histórico que a constitui, as relações de poder e os conflitos de interesse que existem dentro dela.

O recurso literal e metafórico da viagem é usado por James Clifford (1997) para pensar as culturas como locais de moradia e de passagem, para refletir sobre viajantes e nativos, turistas ou migrantes compulsórios, para pensar sobre sujeitos que podem (ou não) viajar, para pluralizar sentidos e significados das viagens, para falar sobre raízes e rotas, sobre as formas como os “dentros” e “foras” de uma comunidade são “mantidos, policiados, subvertidos, cruzados”, para contar sobre zonas de fronteira. (CLIFFORD, 1997, apud LOURO, 2015, p.13 e 14)

Como postula Louro (2015), utilizando o recurso literal e metafórico da viagem, o ato de declarar o sexo de alguém, em seguida de seu nascimento, começa também uma espécie de “viagem”, instalando um processo que supostamente deve seguir um determinado rumo. O ato designatório produz uma decisão sobre o corpo designado. O corpo nomeável atribui ao sexo um caráter imutável, a-histórico e binário, afirmando e reiterando, por conseguinte, uma lógica disruptiva de que determinado sexo determinaria certo gênero e conseqüentemente, um desejo pré-determinado. De acordo com essa lógica, não teríamos como subverter a ordem prevista, já que o ato de nomeação inaugura um processo de masculinização ou de feminização com a qual estaríamos comprometidos, obedecendo, assim, às normas que regulam nossa cultura.

Apesar de todo poder ideológico e cultural, a supostamente lógica sequência sexo-gênero-sexualidade é passível de desobediência, e são os/as desobedientes que se tornam alvo das políticas corretivas e das políticas de exclusões. Há, pois, um trabalho contínuo de normalização para inscrever nos corpos um gênero e uma sexualidade legitimada. “Legítimos” e dotados de uma imensa instabilidade, uma vez que para que se legitimem é demandado, sobre eles, um intenso trabalho ideológico de reiteração. De acordo com Louro,

Efeitos das instituições, dos discursos e das práticas, o gênero e a sexualidade guardam a inconstância de tudo o que é histórico e cultural; por isso às vezes escapam e deslizam. Faz-se necessário, então, inventar práticas mais sutis para repetir o já sabido e reconduzir ao “bom” caminho os desviantes. (2015, p.17)

O processo de produção do gênero e da sexualidade nos corpos dos sujeitos conta com o próprio empenho desses sujeitos, todavia esse processo não é feito ao acaso, há uma matriz heterossexual que delimita os padrões a serem seguidos. Explorar os meandros dos gêneros e das sexualidades, implica debruçar-se sobre as expectativas, demandas e obrigações sociais que derivam do pressuposto da

heterossexualidade como natural, que, por sua vez, produz, assim, a noção da heteronormatividade – heterossexualidade como a norma.

Nesse sentido, penso que aqueles e aquelas que ousam rebelar-se, de certa forma, escancaram a norma. Ao aventurarem-se nesse espaço de resistência, expõem como a norma é produzida e reiterada. Ao se colocarem à deriva, na fronteira do binário, esses sujeitos significam, tornando evidente a arbitrariedade das divisões e dos limites. Logo, penso que a visibilidade desses sujeitos denunciam o caráter imaginário, ideológico e cultural das identidades.

Judith Butler (1999), uma das maiores teóricas dos estudos de gênero e dos estudos *Queer*, aponta que as normas regulatórias dos sexos precisam ser reiteradas para que a materialização de determinado sexo se concretize. Segundo ela, tais normas têm caráter performativo, ou seja, têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que está nomeando sob, obviamente, uma ótica heterossexual. No próprio instante da nomeação já estaria sendo construído o que o nome sugere produzir. No entanto, paradoxalmente a essa compulsória reiteração da heterossexualidade, abre-se espaço para o desvio, para a produção de sujeitos “abjetos” e corpos que não importam à ideologia dominante (BUTLER, 1999).

Butler (2010) entende que o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, portanto ele não decorre do sexo biológico. A autora, no entanto, propõe uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos, ou seja, mesmo que os sexos pareçam pragmaticamente binários em sua morfologia e constituição, não há razão alguma que suponha que os gêneros sigam logicamente a mesma ordem. Nesse mesmo sentido, ela defende que quando o *status* construído do gênero é teorizado como independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, dessa forma, as designações homem e masculino poderiam igualmente fazer referência tanto a um corpo feminino quanto masculino e vice-versa.

Promovendo relação entre essa concepção desconstrutivista de Butler e os estudos discursivos, trago Pêcheux (1993) sobre a “coerção lógica disjuntiva”. Segundo o autor, esse é um processo que repousa sobre uma “proibição” de interpretação, e implica o uso regulado de proposições lógicas do tipo verdadeiro ou

falso. De acordo com esse processo, o sujeito pragmático tem uma necessidade de homogeneidade lógica e esta é uma necessidade que encontra origem na vontade de um mundo normatizado por meio de pares que se enredam “em torno do mesmo jogo dominação/resistência” (PÊCHEUX, 1993, p. 35).

Da mesma forma, Butler (2010), segundo a proposta desconstrutivista de Derrida, afirma que a lógica ocidental opera através de binarismos. Nessa concepção, esse é um pensamento que fixa uma ideia, determinando, a partir desse lugar o lugar do outro, seu oposto subordinado, onde o termo inicial é sempre compreendido como superior ao que o segue. Essa é uma discussão que tomará corpo no decorrer da dissertação.

Ao continuar a desenvolver sua teoria, Butler levanta uma série de questões que investigam como e por que meios são dados o sexo e o gênero, chegando à conclusão de que se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez ele próprio seja tão culturalmente construído quanto o gênero. Destaco que, no princípio de seus estudos, o gênero era concebido como meramente uma inscrição cultural de significado num sexo já previamente dado. O que Butler adiciona a sua proposição é que também se investigue o aparato de produção mediante o qual os sexos são estabelecidos, visto que a antiga concepção sobre o sexo, como uma estrutura não construída (portanto segura e estável), configura-se em uma das maneiras pelas quais ele é concebido de forma binária, o que presume tal ordem ser tão assegurada e reproduzida.

Assim sendo, o reconhecimento do gênero e do sexo como categorias fixas ou livres é função de um discurso que busca estabelecer certos limites ligados à (hetero)normatividade. Segundo a autora, esses limites tanto pressupõem quanto definem as possibilidades das configurações imagináveis do gênero na cultura, ou seja, nem todas as possibilidades tornam-se facultadas. É uma experiência discursivamente condicionada, como bem postula Butler (2010), que se estabelece sempre nos termos do discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias. Ainda citando a autora, “a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como domínio imaginável do gênero” (2010, p.48)

Numa mesma perspectiva, encontro os estudos da professora Mónica Zoppi-Fontana (2017), que, na área da Análise de Discurso, sugere uma interessante aproximação com o pensamento de Butler ao pensar o gênero por meios discursivos. Em conformidade com Zoppi-Fontana (2017), também entendo que o gênero é uma construção discursiva, efeito de um processo de interpelação ideológica sempre-já-gendrado. Tal processo ideológico sofre, de acordo com a autora, a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade. Essas identificações de gênero, sócio historicamente determinadas pelas relações de poder e dominação que configuram as formações sociais, são estabelecidas pelos processos imaginários de reconhecimento/desconhecimento que constituem os sujeitos.

Ademais, a autora enfatiza que a figura da interpelação ideológica possibilita entender os processos de identificação que constituem o sujeito do discurso. Esses processos se caracterizam como um movimento contraditório de reconhecimento/desconhecimento do sujeito em relação às determinações do inconsciente e da ideologia que o constituem.

Voltando um pouco a Foucault e suas contribuições no que diz respeito a centralidade e a posse do poder, e, a partir do que Butler vem a desenvolver posteriormente, torna-se claro o processo de individualização-normatização, quando diferentes formas de interpelação assujeitam corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados. Para melhor compreender as brechas e desvios que culminam na produção de sujeitos e corpos abjetos, trago Pêcheux (2014) que compreende a interpelação ideológica como um ritual e, reconhece “que não há ritual sem falhas”. Ciente, pois, que não há assujeitamento pleno, que o sujeito é capaz de “ousar se rebelar”, o presente trabalho situa-se nessa perspectiva discursiva, considerando que, através dos tropeços na linguagem, tem-se indícios da constituição de subjetividades.

1.1 Sujeito, ideologia e sentido

Para começar a discorrer sobre algumas noções basilares da teoria do discurso da qual me valho nesta dissertação, explico que aqui a concepção de discurso é entendida como *efeito de sentidos* entre locutores. O sentido dos dizeres é constituído na relação daquilo que é dito com suas condições de produção, e, essas podem ser concebidas como *situacionais*, ou seja, como contexto imediato, e como *sócio-históricas*, como contexto sócio-histórico ideológico. Nesse sentido, nos processos discursivos, funcionam uma cadeia de formações imaginárias que designam o lugar que cada sujeito enunciador atribui a si e ao outro. As formações imaginárias são projeções que além de dizerem respeito à imagem que os sujeitos têm de si, do outro e do objeto tratado compreendem outros fatores do funcionamento do discurso. Dentre esses fatores, temos os mecanismos de antecipação, que são mecanismos reguladores da argumentação. Conforme Orlandi (1999), todo sujeito pode colocar-se no lugar do outro antecipando-se quanto ao sentido que suas palavras produzem. De acordo com a autora, esse mecanismo regula a argumentação de tal forma que o sujeito regulará o que diz segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Esse efeito está diretamente ligado às relações de sentido, visto que “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 1999, p.39). Os já-ditos intervêm na percepção que os sujeitos têm de si, do outro e do objeto. Também, no funcionamento do discurso, a noção de relação de forças deve ser levada em conta, dado que a posição que o sujeito ocupa confere um determinado estatuto ao que ele diz.

Considerando esse último aspecto, ao analisar as diferentes designações presentes no *corpus* analisado, verifiquei, os efeitos de sentido que parecem apontar

para o modo como a heteronormatividade compulsória se empenha em interpelar e docilizar os sujeitos para tentar mantê-los dentro da norma.

No quadro teórico da AD, a noção de sujeito é oriunda da Psicanálise e do Materialismo Histórico, ou seja, o sujeito para a teoria discursiva é desde sempre determinado pelo inconsciente e pela ideologia. Portanto, quando se fala em sujeito na AD não se está designando, de forma alguma, um indivíduo plenamente consciente, mas um sujeito social, heterogêneo, histórico e contraditório. De acordo com Orlandi (1994), a relação desse sujeito com suas condições de existência é mediada pela ideologia e pelo inconsciente.

O sujeito do discurso tem a ilusão da realidade do pensamento, isto é, ele acredita que só poderia expressar-se com as palavras colocadas no momento da enunciação, como se essas palavras fossem insubstituíveis, contudo, ele exclui a existência das outras formulações que rejeitou ao enunciar. Este fenômeno é o que Pêcheux (2014) nomeou de esquecimento nº2, esse esquecimento é da ordem do pré-consciente e produz a ilusão desse sujeito “ser responsável por aquilo que diz”. Já o esquecimento nº1 é da ordem do inconsciente, o qual produz nesse sujeito a ilusão de ele ser a fonte do seu dizer; “O esquecimento nº1 dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014, p.162). Assim, entende-se que o sentido se forma em um processo que é exterior ao sujeito, e, sendo o inconsciente inacessível, ele é considerado o lugar constitutivo da subjetividade.

Da mesma forma, a interpelação ideológica é recalcada pelo inconsciente, então, a ideologia, através do processo de assujeitamento, transforma os indivíduos concretos em sujeitos, que se submetem a ela sem reconhecê-la. Ambos, a ideologia e o inconsciente, assemelham-se por determinarem o sujeito ao mesmo tempo que se encontram dissimulados para ele. Como afirma Pêcheux,

o caráter comum das estruturas-funcionamento, designadas, respectivamente, ideologia e inconsciente, é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento (2014, p. 152 – 153).

Nessa perspectiva discursiva, é a ideologia que fornece a evidência do sujeito e do sentido, mascarando sob a transparência da linguagem a determinação histórica dos sentidos. Segundo Pêcheux,

As palavras, expressões, proposições e etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (2014, p. 146 – 147).

Com isso, conforme o autor, os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. As formações ideológicas são um conjunto complexo de atitudes e de representações que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. As posições políticas e ideológicas em confronto organizam-se em formações ideológicas, as quais mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. As FI's são compostas pelas formações discursivas que se caracterizam como “aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p.147).

Logo, o sentido é constituído dentro da formação discursiva, nas relações que as formulações mantêm umas com as outras. “É a ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem” (PÊCHEUX 2014, p.146). Essas evidências mascaram, sob o efeito de transparência da linguagem, o “caráter material do sentido” das palavras e dos enunciados. Para Pêcheux (2014), as mesmas palavras, expressões ou proposições podem receber sentidos diferentes conforme se refiram a esta ou àquela formação discursiva. Assim como as mesmas expressões podem receber sentidos diferentes, expressões, palavras ou proposições diferentes podem vir a ter o mesmo sentido dentro da FD.

Voltando à questão da interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, na teoria discursiva, a interpelação funciona pela identificação desse sujeito com a formação discursiva que o domina. Essa identificação ocorre pelo viés da forma-sujeito que, por sua vez, é responsável pela ilusão da unidade do sujeito. É pela forma-sujeito que se realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso, ou seja, o interdiscurso aparece como puro já-dito e não é constatado pelo sujeito como determinante do seu dizer. Há diferentes modalidades de identificação com a forma-sujeito.

Quando o sujeito do discurso se encontra plenamente identificado com a forma-sujeito, dissemos que essa é a modalidade da identificação, que caracteriza o “bom-

sujeito”, aquele que sofre “cegamente a determinação da formação discursiva” com a qual encontra-se filiado, realizando os efeitos da FD em “plena liberdade”. No entanto, quando o sujeito se contrapõe à forma-sujeito, contra-identificando-se com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso, tem-se a modalidade da contra-identificação, que, por sua vez, caracteriza o “mau-sujeito”. Essa contra-identificação não significa o rompimento do sujeito com a FD que o determina. Já a modalidade da desidentificação, que também caracteriza o “mau-sujeito”, rompe com os saberes com os quais o sujeito encontrava-se anteriormente filiado. Tanto a forma-sujeito quanto a formação discursiva são consideradas heterogêneas, pois abrigam, em seu interior, diferenças e ambiguidades.

Interessou-me, ao definir o tema da pesquisa, investigar os mecanismos de identificação de sujeitos trans e se estariam eles completamente desidentificados com a formação discursiva a qual anteriormente, coercitivamente, por meio da interpelação ideológica, encontravam-se identificados. Ciente de que a interpelação ideológica é um ritual suscetível a falhas, entendo que tanto o sujeito, quanto o sentido não se encontram completamente presos à ideologia dominante sem a possibilidade de dela escapar. É justamente a partir dessa condição que busco trazer na fundamentação teórica deste trabalho a relação entre gênero e discurso. O próximo subcapítulo pretende dar conta de explicitar a concepção de gênero de que me valho para trabalhar essa relação.

1.2 É uma questão de gênero

Através dos estudos foucaultianos sobre o sexo e a categoria da sexualidade, Butler (2010) recoloca o gênero em uma posição central de análise. Além de adotar o argumento de Foucault de que a sexualidade é produzida discursivamente, ela o amplia para incluir o gênero e, a partir daí, desenvolve que o gênero é um efeito performativo experimentado pelo indivíduo como uma identidade natural. Argumenta contra a suposição de que a identidade de gênero “mulher” possa ser a base das políticas feministas, pois quaisquer tentativas de estabelecer identidades como um fundamento irão, inevitavelmente, sustentar as estruturas normativas binárias das relações de sexo, gênero e desejo sexual.

Pretendo, durante este subcapítulo, discorrer sobre as concepções de gênero e de sujeito, nas quais Butler se sustenta para desenvolver sua teoria. Durante esse percurso, busco trazer as críticas que ela estabelece ao modelo althusseriano de sujeito. Proponho, da mesma forma, uma possível aproximação de Butler com a ressignificação que Pêcheux faz da noção de assujeitamento de Althusser.

Butler argumenta que o gênero não é a extensão conceitual ou cultura do sexo cromossômico biológico, mas uma prática contínua estruturada em torno do conceito de heterossexualidade como a norma. Portanto, o corpo não pode ser considerado como naturalmente “sexuado”. Ele se torna “sexuado” através de processos culturais e ideológicos que usam a produção da sexualidade para ampliar e escorar as relações de poder. Ela defende que, quando o sexo é essencializado como biológico, ele se torna ontologicamente imune às relações de poder e à sua própria historicidade, ou seja, uma vez que é discursivamente essencializado como biológico ele não é colocado em discurso, portanto seu caráter histórico, cultural e ideológico é apagado.

Para a autora, é através da repetição estilizada de atos corporais, gestos e movimentos particulares que o efeito de gênero é criado. Adquirimos nossa identidade de gênero a partir de padrões comportamentais, os quais sustentam as normas de gênero. É um processo de repetição que se constitui tanto em uma reencenação quanto numa reexperimentação de uma série de significados já socialmente estabelecidos. A performatividade é, então, a necessidade de se ter uma identidade inteligível em termos do atual sistema de gênero. Nesse sentido, Spargo defende que

Assim como a análise de Foucault entre saber e poder na produção de posições do sujeito, a performatividade de gênero literalmente destrói a base de movimentos políticos que têm por objetivo a liberação de naturezas reprimidas ou oprimidas, tanto de gênero quanto sexuais, mas abre possibilidades de resistência e subversão que haviam sido obstadas pela política da identidade (2006. P. 53).

Uma corrente de estudos que se cruza com as pesquisas sobre a performatividade de gênero em Butler é a corrente das *teorias Queer*. No âmbito desses estudos, a crítica à naturalizada classificação binária de gênero foi ampliada em trabalhos sobre sujeitos trans, onde, dentre os principais objetivos, buscaram ressaltar o potencial subversivo e transgressor da linguagem – aqui entendida em sentido amplo. Nessa lógica, a combinação de signos convencionais de gêneros opostos, como saias e barba, por exemplo, significaria o não enquadramento do sujeito nas alternativas másculo=homem=macho ou feminino=mulher=fêmea. A performance *Queer* perturba o saber convencional sobre com que gênero concebido como masculino/feminino o sujeito se parece. No entanto, reflito sobre essa proposta desconstrutivista da teoria, pois, a meu ver, ainda que se proponha uma outra concepção que não a binária sobre os sexos e gêneros, encontramos-nos, como sujeitos cartesianos ocidentais, presos a combinações de signos binários, previamente estabelecidos como os quais anteriormente citei.

Ademais, penso que como discurso acadêmico, apoiado por pesquisas, os *estudos Queer* estão presos a um duplo movimento de contestar e produzir saberes, e de desafiar normas, entretanto, se o *Queer*, como teoria, se torna normal, respeitável, virando apenas mais uma opção, ele deixa de ser *Queer*. Como postula Teresa de Lauretis, “o termo *Queer* rapidamente tornou-se uma criatura conceitualmente vazia da indústria editorial” (1994, p.297).

O fato é que há uma matriz heterossexual que delimita os padrões a serem seguidos, no entanto, paradoxalmente, essa matriz fornece a pauta para transgressões. Aqui volto a trazer Pêcheux (2014) em “não há assujeitamento pleno”. Igualmente, Louro defende,

Efeitos das instituições, dos discursos e das práticas, o gênero e a sexualidade guardam a inconstância de tudo o que é histórico e cultural; por isso, às vezes escapam e deslizam (2015, p.17).

Com isso, interessa-me pensar em termos de interpelação, de que forma os sujeitos *trans* poderiam de fato subverter essa lógica binária e o quanto parecem estar assujeitados aos modelos compulsórios da norma heterossexual. Para tanto, trago Butler (2017) em seu último livro, intitulado *A vida psíquica do poder – Teorias da sujeição*, no qual ela destina um capítulo para tratar da sujeição em Althusser.

Torna-se necessário deixar claro que Butler segue a perspectiva foucaultiana de que o discurso é constitutivo, produtivo e performativo de *subjetividades* e de práticas sociais. Na concepção da autora, o sujeito opera como uma categoria linguística sempre em construção no interior de relações de poder. Assim, nenhum indivíduo se torna sujeito sem antes ter passado por um processo de *subjetivação*. Para ela, o sujeito encontra suas possibilidades de *subjetivação*, resistindo e subvertendo as normas sociais que o limitam. A constituição do sujeito é, em Butler, pensada como resultado de relações de poder. O sujeito não é soberano nem individualista, e sim um sujeito em interação com outros sujeitos, um sujeito que é em parte livre, em parte socialmente construído e limitado.

Ela retoma a noção de poder em Foucault para aprofundá-la, no sentido de estabelecer que o poder não é somente algo a que nos opomos, mas algo do qual depende a nossa existência, pois, como sujeitos, inscrevemo-nos na dependência dos discursos que nos formam, além do poder assumir uma forma psíquica e constituir a nossa identidade de sujeito. Ao contrário de Foucault que associa o caráter produtivo do poder aos regimes regularizadores e disciplinares, Butler propõe que a descrição da submissão ao poder deve se delinear também pelo viés psíquico, já que o processo de incorporação das normas sociais passa pela psique.

O sujeito, nessa concepção, é capaz de opor-se ao poder normalizador que limita e controla os desejos de sua própria possibilidade, “o sujeito não só se forma na

subordinação, mas essa lhe proporciona a sua condição de possibilidade” (BUTLER, 2010, p.19). Assim como em Foucault, a teoria butleriana concebe que o sujeito não está completamente determinado pelo poder nem o determina completamente. O poder é simultaneamente externo ao sujeito e à própria força que rege o sujeito, ou seja, sem a intervenção do poder não se torna possível a emergência do sujeito.

Desse modo, para a teórica, o sujeito é performativo – uma produção ritualizada, uma reiteração de um ritual de normas, que não o determinam totalmente – e é exatamente nessa incompletude que se torna possível o processo de ruptura com a norma e a inscrição de novos significados.

Retomando sua última obra, para desenvolver seu pensamento em relação à sujeição em Althusser, a autora traz à tona a cena da interpelação althusseriana, afirmando que a teoria dessa interpelação parece representar uma cena social em que o sujeito é primeiramente chamado, para depois virar-se e aceitar os termos pelos quais foi anteriormente chamado. Na concepção de Butler, tal cena é um tanto quanto punitiva, e o sujeito interpelado marca sua entrada na linguagem por meio da apropriação do sentimento de culpa. A autora afirma que,

Quem se vira para atender ao chamado não atende a uma exigência para se virar. A virada é um ato que está, por assim dizer, condicionado tanto pela “voz” da lei quanto pela responsividade de quem é chamado pela lei. A “virada” é um tipo estranho de meio-termo (que se dá, talvez, numa espécie estranha de “voz média”), determinado tanto pela lei quanto pelo interpelado, mas não de forma unilateral ou exaustiva. [...] A virada na direção da lei é, portanto, uma volta contra si mesmo, uma volta sobre si mesmo que constitui o movimento da consciência (BUTLER, 2017, p. 114 – 115).

O que questiona Butler (2017), ao analisar a cena, é que o interpelado é obrigado a virar-se sem que antes possa fazer uma série de perguntas, como por exemplo, “Quem está falando? Por que eu deveria me virar? Ou por que eu deveria aceitar os termos pelos quais sou chamado?” Logo supõe, “que antes da compreensão crítica da lei existe uma abertura ou vulnerabilidade à lei, na antecipação da escolha de uma identidade através da identificação com quem infringiu a lei” (2017, p. 115). Nessa concepção, infringe-se a lei antes da possibilidade de acesso a ela, portanto, na crítica de Butler, a “culpa” é anterior ao conhecimento da lei, e, por consequência, tem-se uma culpa estranhamente inocente.

A filósofa ainda adiciona a sua crítica que a disposição em aceitar a culpa para obter a identidade está ligada a um cenário religioso de um chamado que viria de Deus

e que logo constituiria o sujeito, apelando para a necessidade da lei uma culpa original que tal lei promete aliviar dando-lhe uma identidade. Ela traz à tona o exemplo religioso que Althusser se baseia ao desenvolver sua noção de interpelação ideológica para ilustrar o poder que a ideologia tem de constituir sujeitos, uma vez que a voz divina que nomeia, ao nomear, dá origem a seus sujeitos. Simultânea e ironicamente, a autora completa que Althusser acaba integrando a interpelação ideológica ao “performativo divino”, fazendo assim uma alusão explícita à noção de performativo que desenvolve a partir de John Austin (1965).

Considerando os exemplos religiosos de Althusser, Butler afirma que a nomeação/interpelação do sujeito não pode se realizar sem uma certa disposição por parte desse sujeito interpelado, ou seja, existe um interpelado que precede a interpelação.

Nesse sentido, como condição prévia e essencial da formação do sujeito, existe uma certa disposição de ser compelido pela interpelação autoritária, uma disposição que sugere que, antes da resposta, o sujeito já mantém de certo modo uma relação com a voz, e que sugere que ele já está envolvido nos termos do desconhecimento instaurador por parte de uma autoridade à qual posteriormente ele se rende. Ou talvez ele já tenha se rendido antes de se virar e a virada seja meramente o signo de uma submissão inevitável pela qual se estabelece como sujeito posicionado em linguagem como possível interpelado (BUTLER, 2017 p.119)

Portanto, conforme a autora, tanto a cena, quanto a virada são tardias, tornando explícita uma submissão fundadora, que não resulta no sujeito, mas que seria a pré-história não narrável desse sujeito, instaurando assim um paradoxo:

Se não há sujeito exceto como consequência dessa sujeição, a narrativa que explicaria esse processo exige que a temporalidade não seja verdadeira, pois a gramática dessa narrativa pressupõe que não há sujeição sem um sujeito que a sofra (BUTLER, 2017, p. 119).

Aí instaura-se a problemática da consciência de acordo com a autora, pois, para Althusser, a eficácia da ideologia consiste também na formação da consciência, compreendida como aquilo que coloca restrições ao que é dito. Butler (2017) acrescenta, que nesse sentido, a consciência designa uma espécie de volta (reflexividade) que constitui a condição de possibilidade para o sujeito se formar, assim “essa reflexividade é constituída por esse momento de consciência, esse voltar-se sobre si, que é simultâneo à virada na direção da lei” (p.123). Com isso, não há a internalização de algo (uma lei) que lhe é externa, e sim aparenta-se aqui que tanto o

“externo” quanto o “interno” já foram formados. Isto é, o sujeito é posto em ação antes da lei e, por conseguinte, determinado pela lei e com conhecimento prévio dela.

Em seguida, ela aborda que antes das autoridades entrarem na cena althusseriana, existe uma referência à proibição que está ligada à própria possibilidade da fala. “A primeira menção de ‘consciência’, que se revelará fundamental para o sucesso ou a eficácia da interpelação, está ligada à aquisição de domínio, a aprender a ‘falar apropriadamente’ ” (BUTLER, 2017, p. 124). Seguindo esse raciocínio, a autora sustenta que o domínio das habilidades linguísticas é visto por Althusser como uma espécie de submissão e que tal submissão às regras ideológicas leva à problemática da sujeição, “que tem duplo sentido de ter se submetido a essas regras e de se constituir dentro da sociabilidade em virtude dessa submissão” (BUTLER, 2017, p. 124).

Assim sendo, a autora assinala que entende a submissão às regras da ideologia dominante como uma submissão à necessidade de provar a inocência diante da acusação. “Tornar-se um ‘sujeito’, portanto, é ter sido presumido culpado, depois julgado e declarado inocente, [...] tornar-se um ‘sujeito’ é estar continuamente no processo de se quitar da acusação de culpa” (BUTLER, 2017, p. 126). Ainda reconhece, que como essa culpa condiciona o sujeito, ela constitui a pré-história da sujeição à lei pela qual o sujeito é produzido.

Ela defende que o desempenho laborioso das habilidades (linguísticas) introduz no sujeito seu *status* de ser social. São habilidades adquiridas por meio de uma prática repetitiva que não significam simplesmente um agir de acordo com um conjunto de regras, “mas também (significam) incorporar as regras durante a ação e reproduzi-las em rituais de ação incorporados” (BUTLER, 2017, p.127). Em seguida, questiona-se sobre o que motiva essa reprodução de regras, defendendo que não é a mera apropriação mecânica das normas, tampouco sua apropriação voluntária:

Na medida em que precede a formação do sujeito, ainda não é da ordem da consciência, e, no entanto, essa compulsão involuntária não é um efeito induzido mecanicamente. A noção de ritual sugere que ela é executada, e, na repetição da performance, gera-se uma crença, que é então incorporada à performance em suas operações subsequentes (BUTLER, 2017, p. 128).

Assim, Butler enfatiza que não há separação entre a crença e a prática e acrescenta que separar a psique e a prática social é intensificar a metáfora religiosa,

ou seja, é imaginar a psique como mera idealidade. Em dura crítica, retoma Mladen Dolar (1993) que “sugere que Althusser, embora use, em alguns momentos, a teoria lacaniana do imaginário, não reconhece o potencial contestador da psicanálise, em particular da noção de Real como aquilo que nunca está disponível à subjetivação” (BUTLER, 2017, p. 129). Dolar (apud Butler 2017 p.129), afirma que “a interpelação só pode explicar a formação do sujeito de forma parcial: para Althusser, o sujeito é o que faz a ideologia funcionar; para a psicanálise, o sujeito surge onde a ideologia fracassa” (2017, p. 129). Butler continua seu raciocínio, explanando que Dolar define a subjetividade através da noção de interioridade, mas reconhece o campo da exterioridade como um campo material. Esse autor pressupõe que a subjetividade se constitui tanto de interioridade quanto de idealidade, ao passo que a materialidade pertence ao mundo exterior. Ao enfatizar, então, a concepção de Dolar, Butler, de certa forma, supõe a entrada da psicanálise nos termos da constituição da subjetividade do sujeito.

A filósofa, por fim, propõe que a interpelação tem seu insucesso, nessa concepção, não por uma forma estruturalmente permanente de proibição, mas por sua incapacidade de determinar o campo constitutivo do ser humano. Butler enfatiza que, de acordo com a lógica da consciência, a existência do sujeito não pode ser garantida linguisticamente sem o apego apaixonado pela lei, o que condiciona e limita a possibilidade de ele questionar criticamente a lei. Em seguida, incita-nos com uma série de questionamentos sobre a possibilidade de que sejamos em outro lugar ou de outra maneira sem que neguemos nossa cumplicidade com a lei à qual nos opomos. Sua resposta pressupõe um tipo diferente de virada em relação à lei, “uma virada que, com a permissão da lei, afaste-se dela e resista ao seu engodo de identidade, uma capacidade de ação que supere as condições de seu surgimento e se oponha a elas” (BUTLER, 2017, p. 139). Tal virada, afirma a autora, exigiria uma des-subjetivação crítica, com a finalidade de expor a lei como menos poderosa do que parece. Acontece que essa des-subjetivação provocaria uma série de questionamentos que, de pronto, a autora reconhece não poder responder.

Contudo, para dar um fechamento à problemática, Butler indica um direcionamento para o pensar que talvez seja anterior à questão da consciência: “Como entender como desejo constitutivo o desejo de ser? ” (2017, p.139).

Considerando a consciência e a interpelação, ela propõe que pensemos além: “Como esse desejo é explorado não apenas por uma lei singular, mas por leis de vários tipos, de modo que nos rendamos à subordinação para manter algum sentido de “ser” social?” (2017, p. 139).

Frente à crítica de Butler ao modelo da interpelação em Althusser, retomo minha filiação discursiva para tratar da ideologia e do inconsciente. Não procuro, no entanto, tratar de um sujeito consciente de si como busca Butler, mas retomo Pêcheux, na reformulação que propõe à teoria, para falar da relação entre ideologia e inconsciente no processo de interpelação do sujeito.

Pêcheux faz pensar na eficácia da dominação ideológica, a partir do vínculo da linguagem à interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, retoma de Althusser a noção de que as práticas ideológicas são reguladas por rituais, acrescentando que todo ritual está sujeito à falha. Com isso, trata-se, aqui, de compreender os pontos de resistência no e do discurso dos sujeitos. Trata-se também de pensar a quebra no ritual como uma questão simbólica, como uma transgressão na fronteira do sentido. Nesse sentido, foi por investigar de que modo o sujeito é produzido como historicamente capaz de se voltar contra causas que o determinam, que Pêcheux (2014) chegou a “delinear o fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua a ‘apropriação subjetiva da política do proletariado’ ” chegando “a possibilidade de uma ‘interpelação às avessas’” (p. 275).

Ele acrescenta que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, supõe um desdobramento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, e que esse desdobramento pode assumir diferentes modalidades. A terceira e última modalidade a ser designada é a modalidade da desidentificação, que consiste em uma tomada de posição não-subjetiva. É a transformação-deslocamento da forma-sujeito que se realiza paradoxalmente por um processo de identificação novo. Portanto, a ideologia não desaparece, ao contrário, “ela funciona às avessas, ‘sobre e contra si mesma’ através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p. 202).

Para finalizar esse subcapítulo, trago Lagazzi-Rodrigues,

o fato de que os homens são sujeitos empenhados na fascinante tarefa de suportar o simbólico, deu a Pêcheux o mote de compreender o sujeito na sua

possibilidade de produzir “furos no social”: pela resistência, tomada naquilo que nos especifica como animais humanos! Somos sujeitos à linguagem na história (2013, p. 330),

como forma de seguir pensando na questão da interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso e na possibilidade de resistência.

1.3 Ideologia e cultura

Dado o viés que optei por trabalhar nesta dissertação, instaurou-se não só em mim, mas no próprio trabalho uma questão que julgo imprescindível debruçar-me sobre: o atravessamento da cultura na e pela ideologia.

Posto isto, começo recorrendo a Althusser (1970, p. 94), explicitando que “toda a ideologia tem por função ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos”, ou seja, o indivíduo se entende livre, para que livremente se submeta às ordens do Estado, sofrendo cegamente sua sujeição. O processo de interpelação ideológica produz tanto a evidência do sujeito, quanto a do sentido. A ideologia produz a evidência do sujeito, de maneira que este não se percebe por ela assujeitado, e, assim, ele se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o está constituindo. Também a ideologia produz o efeito de evidência do sentido, portanto, o sentido não existe em si mesmo, este é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo nos processos de significação. De acordo com Pêcheux (2014, p.146-147) “as palavras, expressões, proposições e etc, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”.

Já a relação da noção de cultura com a Análise de Discurso pêcheuxtiana é tensa. Há, a partir da difusão da ideologia neoliberal, um desconforto por parte de alguns materialistas em trabalhar com a noção de cultura. Tal desconforto justifica-se pelo motivo de que se concentrar no conceito de cultura poderia apagar a luta de classe em nome de uma bem-intencionada, mas cruel “tolerância à cultura” do outro.

No entanto, penso a cultura, assim como a ideologia, constitutiva dos sujeitos. Não se trata de tomar uma pela outra. De acordo com Ferreira (2016) “a cultura está sim enredada pela ideologia”, assim, a ideologia determina os sentidos de uma cultura, a qual fornece a seus membros a ilusão de unidade e de pertencimento

através de práticas e rituais a serem assimilados e reproduzidos. O efeito de evidência da cultura se dá da mesma forma do ideológico, ou seja, no momento mesmo que o processo acontece, ele já é apagado, por isso para o sujeito parece não existir outra forma além daquela que ele percebe diante de si.

Por estar sempre em constante transformação, a cultura não pode ser pensada separadamente dos processos históricos e sociais que a envolvem, pois, tratar da cultura implica trazer a história de relações de um coletivo com outras culturas, as maneiras e regras que estabelecem para se organizarem, hábitos e sentidos comuns que vão fornecendo aos sujeitos as maneiras de agir. Nesse sentido, concordo com Ferreira quando afirma que,

A cultura não existe fora do social, este entendido como constituído pelas formações imaginárias que funcionam no discurso e que medeiam a relação do sujeito com suas condições de existência, e dissociada da história (2016, p. 142)

Portanto, falar em cultura implica buscar o processo histórico que a produz e implica também levar em conta as relações de poder e os conflitos de interesse dentro da sociedade. Nessa perspectiva, a cultura também funciona como um lugar de produção de sentidos, legitimando saberes e mascarando suas condições de produção.

O conceito de cultura, quando entendido como algo a ser assimilado, cria um efeito de homogeneização que apaga diferenças internas e serve para legitimar o poder – o que permite identificar os sujeitos submetidos à tal cultura através de seus comportamentos. Todavia, como postula Ferreira (2016, p. 142), “ a cultura trata de uma construção realizada por sujeitos que por sua vez são resultados de realizações anteriores”. Essas realizações anteriores fazem parte do interdiscurso e são retomadas pela memória discursiva das formações discursivas às quais os sujeitos se filiam. Nas palavras da autora,

Dizeres que foram falados antes, em outro lugar, e que funcionam sob a dominação do complexo das formações ideológicas, as quais fornecem aos sujeitos, através do hábito, das práticas e dos rituais da cultura, o que é e o que deve ser (FERREIRA, 2016, p. 143).

Os efeitos de sentido produzidos pela cultura naturalizam aquilo que se diz “verdadeiro”. Se estabelecermos uma comparação da cultura com a ideologia, diremos que ela também interpela os indivíduos em sujeitos, visto que, ao nascer, nos

limitamos a incorporar e reproduzir uma trama de rituais, crenças e significações culturais já previamente definidos. Portanto, assim como a ideologia, a cultura também é constitutiva do sujeito. De acordo com Ramos,

É a ideologia, materializada na cultura, que gera a evidência que faz com que um enunciador adquira determinado sentido sob a ilusão da transparência da linguagem [...] É dentro de uma cultura, de onde se opera o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc), que o sujeito é observado, de onde se fala do e ao sujeito. (RAMOS, 2017, p.70)

Heterogênea em seu interior, paradoxalmente, a cultura produz um imaginário de unidade a partir de padrões que ditam como os sujeitos devem ser para pertencerem ao grupo. É um tipo de herança cultural que nos condiciona a seguir e aceitar esses padrões, ao passo que também essa herança torna evidente aqueles que desviam das normas. Com isso, as práticas culturais se constituem em práticas expostas à não totalidade dos processos de significação.

Nessa perspectiva, identidade e cultura homogêneas são dois efeitos ilusórios. Portanto, permito-me pensar que a cultura é usada para a manutenção do poder e na produção dos sentidos que naturalizam a relação de dominação, como por exemplo, na construção cultural daquilo que designamos por *sexo*. Butler afirma que

o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (2010, p. 25).

Nessa perspectiva, a cultura age de tal forma a estabelecer o sexo no corpo do sujeito como algo "natural", apagando seu caráter ideológico e performativo com a intenção de uma suposta e aparente (falsa) homogeneidade de sexos e gêneros. Sujeitos que transgridem a norma compulsória sobre os gêneros, sexos e sexualidades, possibilitam a evidência do caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades.

O terreno da sexualidade (sexo e gênero) é, de acordo com a norma, considerado um terreno seguro, que supostamente não deve ser alterado. Por esse motivo, o impacto da existência de sujeitos que rompem com a norma e escancaram o caráter cultural e, por consequência, ideológico do gênero, é tão fortemente político. Conforme Louro, esses sujeitos

Fazem pensar para além dos limites conhecidos, para além dos limites pensáveis. Afetam, assim, não só seus próprios destinos, mas certezas, cânones e convenções culturais (2015, p.24)

As normas a respeito dos gêneros, sexos e sexualidades são construídas sócio historicamente, e servem para regulá-los e materializá-los dentro de uma concepção cultural. Essas normas precisam ser constantemente repetidas para que tal materialização se concretize, contudo Butler (1999) afirma que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta”, por isso essas normas precisam ser constantemente repetidas e reconhecidas em sua autoridade, para que assim possam exercer seus efeitos.

É, partindo da possibilidade de tratar a cultura como um ritual também sujeito à falha que finalizarei esse subcapítulo, citando Ferreira e amarrando ou enredando um pouco mais a cultura na ideologia,

A cultura em relação com a ideologia perpassa as relações entre os sujeitos e o mundo, fazendo, dessa forma, parte da constituição do sujeito e de sua relação com a língua, com os sentidos produzidos e no seu relacionamento com o outro. A cultura também comporta o espaço de resistência, pois, sabendo que não há ritual sem falha e que a interpelação nunca é perfeita, abrem-se brechas para a resistência, para a ruptura, e, portanto, para a mudança, para a transformação (2016, p. 144).

Pensando a partir das questões de gênero, tanto o gênero quanto a sexualidade comportam a inconstância de tudo que é histórico e cultural, por isso também estão passíveis à resistência e ao deslizamento à norma. Isso quer dizer que, eventualmente, ao invés de serem repetidas, as normas serão deslocadas de modo a evidenciar a “construção” de corpos outros. Ou seja, a matriz heterossexual ao delimitar os padrões a serem seguidos, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões.

1.4 A noção de *repetibilidade* para a AD: uma aproximação com a *performatividade* de gênero

Para começar, trago a concepção da AD que compreende que o processo discursivo não tem, de direito, um início, uma vez que o discurso sempre se conjuga sobre outro discurso prévio. Um discurso remete sempre a outro, com isso em Pêcheux (2014) encontra-se que “a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase”. A produção de sentido, por sua vez, é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, pois não preexiste efeito de sentido algum sem que haja uma formação discursiva na qual ele se constitui.

A questão que busco desenvolver nesse subtítulo é a dos sentidos instaurados pela repetição, e para isso valho-me do que desenvolve Grantham (2001) em sua tese de doutorado sobre a leitura:

Tanto a leitura quanto a reescrita são um trabalho do leitor que interage com as “brechas” do discurso-outro, preenchendo-as de acordo com sua história, com sua formação discursiva, com sua posição-sujeito.

Nesse processo, o sujeito-leitor que reescreve assume como suas as palavras que já foram ditas e imagina-se origem do dizer (GRANTHAM, 2001, p. 49).

Concordo com a autora, sobre a concepção de repetição abordada em seu trabalho: “a repetição pode ser considerada como o retorno do mesmo, que, reaparecendo em outro lugar e tempo, torna-se outro” (GRANTHAM, 2001, p. 50). Então, o dizer não pode ser considerado domínio particular, pois as palavras nunca são somente nossas. Ao contrário, elas significam pela história e pela língua, portanto, o que é dito antes, também significa agora. Assim,

o “já-dito” tem estreito relacionamento com a noção de repetição e é fundamental para que possamos compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e com a ideologia (GRANTHAM, 2001, p. 50)

Influenciada pelo discorrer da tese de Grantham, trago a concepção dialética de repetição/regularização de Pierre Achard (1999). Grantham (2001) coloca, que ao desenvolver essa concepção, Achard parte da problemática sobre “o sentido de uma palavra”, admitindo que o que caracteriza a palavra é sua unidade, sua identidade a si mesma e que isto permite que as possamos reconhecê-las em seus diferentes contextos.

A palavra é aqui tomada como unidade simbólica, cujo reconhecimento se define pela repetição, e a cada nova ocorrência dessa unidade, são fornecidos novos contextos que contribuem para a construção do sentido. Contudo, “para atribuir um sentido a essa unidade, é preciso admitir que suas repetições estão tomadas por uma regularidade” (GRANTHAM, 2001, p.53).

Ao falar de repetição, não posso me eximir de falar em paráfrase, que corresponde justamente ao processo de quando o sentido se mantém inalterado através da repetição. Pêcheux (2014) associa a noção de paráfrase ao processo de produção do sentido. Para ele, o sentido de uma sequência só pode ser concebido se reconhecermos que essa sequência pertence a uma formação discursiva. Essa concepção é desenvolvida antes da reformulação que propõe a FD como espaço para heterogeneidades. Já após a reformulação do conceito de formação discursiva e de forma-sujeito, que deixaram de ser concebidas como homogêneas e passaram a abrigar diferenças em seu interior, é que o autor passa a conceber a paráfrase não só “como o lugar do mesmo”, mas também como a possibilidade do diferente.

Nessa mesma perspectiva, Orlandi desenvolve a noção de paráfrase e de polissemia, sendo o processo parafrástico visto como a reiteração de processos cristalizados pelas instituições e o processo polissêmico relacionado à multiplicidade de sentidos. A autora afirma que “a paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 1999, p. 36).

Ao conceber essa noção, entendo que a língua é dotada de equívocos e que dá origem a deslizamentos, a falhas. Portanto, é possível que se rompa com a filiação a uma formação discursiva, mas não podemos esquecer que os sentidos anteriores continuam a ressoar no interdiscurso. Como bem coloca Indursky,

Estas formas de repetibilidade não esgotam o modo como o trabalho sobre a forma-sujeito pode se efetuar, pois há repetições que conduzem o sujeito do discurso a desidentificar-se do discurso religioso [por exemplo] e a consequência dessa desidentificação pode ser tão forte ao ponto de fazer o sentido entrar em deriva e tornar-se outro (INDURSKY, 2013, p.98).

É a partir daqui que procurarei estabelecer um diálogo entre a noção de repetição – e por consequência o que se entende por paráfrase e polissemia em AD – e a repetibilidade de atos performativos de gênero.

Os saberes já pré-existentes sobre as categorias de gêneros – ligadas ou não à heteronorma – também estão em relação estreita com um tipo de repetibilidade. O gênero é, por assim dizer, concebido em Butler como performativo, pois as características pelas quais ele significa, devem ser reiteradas e repetidas para que se mantenham ligadas aos saberes normativos ou para que possam desviar à norma. No entanto, para que possamos atribuir inteligibilidade aos gêneros (re)produzidos, é preciso que admitamos que essas repetições estão tomadas por uma regularidade.

A ação do gênero é mantida por meio da repetição. Essa repetição é ao mesmo tempo reencenação e uma experiência nova de um conjunto de significados socialmente pré-estabelecidos que permitem sua legitimação. É uma performance⁵ que tem por objetivo manter a estrutura binária do gênero e consolidar o sujeito.

No entanto, o gênero não pode ser entendido como uma identidade estável, pois ele é tenuamente constituído nos processos históricos e por meio da repetição estilizada de atos. A ilusão de gênero permanente é estruturada por estes repetidos atos que buscam aproximá-lo de um ideal homogeneizador, mas é precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que vivem as possibilidades de transformação, resignificação e deslizamento do gênero.

Por constituírem efetivamente a identidade que expressam, os atos de gênero são considerados performativos. Então não há gênero falso ou verdadeiro, o fato dos atos de gênero serem performativos significa que as noções de sexo essencial e de feminilidade ou masculinidade verdadeiras e permanentes também são construídas por meio da repetibilidade em nome da heterossexualidade compulsória.

⁵Performance é entendida diferente de performabilidade. A performance é, aqui, como os sujeitos performam (“encenam”) os gêneros com os quais se identificam.

Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, contudo, eles também podem se tornar completa e radicalmente *incríveis*. (BUTLER, 2010, p.201).

Por isso, o gênero é uma construção que oculta sua gênese, há um acordo tácito de produzir e sustentar gêneros distintos como se fossem naturais à cultura, e tal acordo só é possível pela credibilidade dessas (re)produções. Assim, produzem-se gêneros normativos e outros que deslizam e, habitualmente, aqueles que não empenham seu gênero de forma “correta”, ou seja, de forma desejada pela heteronorma, são punidos.

Desse modo, entendo que a performance da travesti brinca com o gênero a ser performado e por mais que (re)produza uma imagem unificada de mulher, a travesti escancara os falsamente naturalizados aspectos da experiência do gênero. Sendo possível uma relação direta do campo de estudos da AD com o campo de estudos do gênero, diria que o “processo parafrástico de gênero”, seria aquele que mantém o gênero conformado de acordo com a (hetero)norma, ao passo que o “polissêmico” romperia com a estrutura binária e proporia outra forma de significação.

Afirmo, então, que a identidade de gênero pode ser entendida como uma história cultural e ideológica de significados, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas. Como bem postula Butler,

Embora os significados de gêneros assumidos nesses estilos parodísacos sejam claramente parte da cultura hegemônica misógina, são, todavia, desnaturalizados e mobilizados por meio de sua recontextualização parodísaca. Como imitações que deslocam efetivamente o significado do original, imitam o próprio mito da originalidade (2010, p.197).

Segundo a autora, tal paródia que se faz é da própria ideia de um original, isto é, são “imitações” que escancaram esse mito da originalidade, revelando o caráter frágil e inseguro da “naturalização” das identidades. O sentido da paródia revela-se, principalmente, quando o “normal”, o “original” expõe-se como uma cópia inevitavelmente falha, “um ideal que ninguém pode incorporar” (2010, p.198). Ou seja, o “original” não existe, ou melhor, ele foi desde sempre um derivado.

Capítulo 2

2. Condições de produção

Iniciarei o segundo capítulo desta dissertação, discorrendo acerca das condições de produção na teoria discursiva. Para tanto, é preciso considerar que o discurso é concebido como “efeito de sentidos” entre locutores (PÊCHEUX, 1993, p.82).

Segundo o autor, a interpretação não pode consistir na decodificação de mensagens, mas na relação do que é dito com as condições de produção. Portanto, as condições de produção, para a teoria discursiva, compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Elas podem ser consideradas no sentido estrito, ou seja, as circunstâncias da enunciação – o contexto imediato; e no sentido amplo, o contexto sócio-histórico ideológico, não podendo esses serem concebidos em separado.

A noção de interdiscurso torna-se fundamental aqui, pois “é o interdiscurso que disponibiliza os dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1999, p. 31). Ou seja, os sentidos já ditos anteriormente produzem um efeito sobre o que está sendo dito. O interdiscurso são as formulações já feitas e esquecidas que determinam o dizer de agora. De acordo com Orlandi: “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (1999, p.33).

Outra importante noção que se tem como constituinte das condições de produção é a noção de formações imaginárias. As formações imaginárias dizem respeito à imagem que os sujeitos têm de si, do interlocutor e do assunto tratado. Elas compreendem outros fatores do funcionamento discursivo que fazem parte das condições de produção: a antecipação, as relações de força e as relações de sentidos. Conforme Orlandi (1999), os mecanismos de antecipação regulam a argumentação,

visto que o sujeito antecipa-se a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Assim, o sujeito dirá de um modo ou de outro, conforme os efeitos que pretende produzir no ouvinte.

Segundo a noção de relações de forças, a autora postula que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Ou seja, a posição ocupada pelo sujeito confere estatuto ao seu dizer. Assim,

Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. (ORLANDI, 1999, p. 39-40).

Outro fator que faz parte das condições de produção é a relação de sentidos, a relação de um discurso com outros. Os sentidos resultam dessas relações, o discurso é articulado segundo outro discurso anterior que, ao ser retomado, é transformado. Portanto, o discurso não tem começo nem fim delimitados, ele é visto como um estado de um processo discursivo contínuo.

Esses mecanismos de funcionamento do discurso fundamentam-se nas formações imaginárias. Desse modo, torna-se necessário dizer que não são os sujeitos empíricos que funcionam no discurso, mas sim suas imagens que resultam de projeções, as quais são responsáveis pelo deslocamento dos lugares (empíricos) dos sujeitos para a posição dos sujeitos no discurso (ORLANDI, 1999, p.40). Ainda citando Orlandi,

Na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder (1999, p.42).

Pensando como as relações sociais se inscrevem historicamente através de relações de poder é que trago, no caso desta pesquisa, as condições de produção do discurso trans, relacionando seu contexto imediato com o contexto sócio-histórico ideológico, qual seja, a entrevista a ser analisada a partir dos pressupostos ideológicos da heteronormatividade compulsória. Para tanto, procuro traçar, neste capítulo, o percurso pelo qual o regime de poder heterossexista faz emergir um único e aparentemente estável modelo de sexualidade.

2.1 Por uma análise dos processos discursivos de transexualidades

É por compreender o gênero como um conjunto de atos repetidos que moldam a estilização do corpo dentro de uma rígida estrutura, cujo objetivo é (re)produzir uma ideia de naturalização, que dou continuidade ao segundo capítulo desta dissertação, procurando traçar o percurso pelo qual o regime de poder heterossexista faz emergir um único e aparentemente estável modelo de sexualidade. Tal regime trabalha com a falsa coerência sexo-gênero-sexualidade, sequência essa que faz com que a visão da categoria “sexo” se dissipe pelo sistema da heterossexualidade compulsória para que a produção de identidades esteja de acordo com o desejo heterossexual. Nessa perspectiva, Butler coloca que

a matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (2010, p. 39)

Contudo, por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural, ao existirem, certos tipos de identidade de gênero se apresentam como falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, e, dessa forma, permito-me pensar que o gênero tanto designa os sujeitos como os qualifica, sendo estabelecido acerca de um conceito segundo o qual a categoria binária é universalizada.

Quando questionada sobre como sua transexualidade era compreendida na sociedade, Bill, sujeito empírico da pesquisa, relatou-me a forma como era designada pelos colegas durante as aulas para autoescola. Disse-me: (1) *“Quase mulher. Eu de cabelinho curtinho, andando de roupa de homem e me chamavam de quase mulher. Quando eu chegava na aula eu só ouvia ‘chegou a quase mulher’. Olha, eu penso que era um preconceitinho leve.”*

Valho-me dessa sequência discursiva de referência, já imbuída de análise, para delinear o percurso do meu raciocínio quanto aos pressupostos ideológicos que entendem os gêneros pelo viés do sistema de produção de identidades comprometidas com a matriz binária.

Ao produzir um primeiro gesto de análise em relação à sequência destacada, questiono quais efeitos de sentido estão sendo produzidos ao lançarem mão do advérbio *quase* ligado a designação *mulher* para classificarem esse sujeito?

Tanto feminilidade como a masculinidade são instituídas por saberes que produzem gêneros cultural e ideologicamente inteligíveis. Esses saberes que produzem uma feminilidade “genuína” advêm de um ideal provinciano que rejeita a demanda de se pensar uma abordagem do gênero como uma construção cultural complexa. Tal ideal tende a servir ao conservadorismo e a constituir uma prática excludente das identidades. Esse poderia ser um gesto de análise que explicaria o porquê da utilização de um advérbio que pressupõe a ideia de que há certa proximidade na identidade trans com aquilo que, ideologicamente, é compreendido como *mulher*.

Ora, não há dúvidas sobre o que é uma *mulher*. A designação *mulher* já foi tantas outras vezes repetida, reiterada e relacionada a referentes claros, objetivos e inquestionáveis que, de fato, não nos resta dúvida do sentido produzido a respeito de tal designação.

Já, diferentemente, o que se entenderia por uma *quase mulher*? Seria ela uma *mulher* pela metade? Ou talvez uma menina que ainda não “*virou mulher*”? Ironicamente, se não considerar as condições de produção do referente “*quase mulher*”, posso levar os gestos de interpretação que aqui pretendo mobilizar para rumos completamente distintos dos que intenciono com essa análise.

É posto que a concepção de gênero como uma categoria cambiante e culturalmente construída não é uma concepção à qual somos desde sempre expostos. Há, nas relações de poder, um interesse em manter certa homogeneidade cultural, ao passo que, ao depararmos com uma materialidade de gênero que não se encaixa na norma, as palavras nos faltam, fazendo com que não a possamos designar e talvez

até mesmo não a possamos reconhecer. Para que o gênero seja inteligível, é necessária uma demanda de investimentos contínuos de reiteração, no entanto,

As marcas de gênero e sexualidade, significadas e nomeadas no contexto de uma cultura, são também cambiantes e provisórias, e estão, indubitavelmente, envolvidas em relações de poder. Os esforços empreendidos para instituir a norma nos corpos (e nos sujeitos) precisam, pois, ser constantemente reiterados, renovados e refeitos. (LOURO, 2015, p.85)

Louro (2015) reconhece que, apesar de todo reiterado investimento da (hetero)norma nos corpos, não há nada que a permita fluir de forma segura. Contudo, “o mesmo se pode dizer a respeito dos movimentos para transgredi-la” (2015, p. 85). De acordo com a autora, é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação e transgressão das normas regulatórias se realizam.

É a partir, portanto, dessa sequência discursiva de referência que intento demonstrar que os discursos não só produzem certas e legitimadas identidades como também as formas de performatizá-las. Nesse sentido, as identidades que desviam e ultrapassam os limites da inteligibilidade cultural ao se encontrarem no impasse da designação, produzem um duplo movimento: o de serem denominadas a partir de uma aproximação das noções de gênero que são estabelecidas pela heteronorma e o de revelarem o quanto o gênero binário determinado por esta norma é instável e performatizado.

Julgo importante também destacar que o discurso desse sujeito trans, apesar de estar, como o de qualquer indivíduo ocidental cartesiano, submetido à ideologia que estabelece o gênero de forma heteronormativa, admite o caráter performativo do gênero quando evidencia estar “andando com roupas *de homem*”, como na sequência anteriormente destacada. A indústria de vestimenta, por estar submetida à cultura e, obviamente, à ideologia também corrobora para o assujeitamento dos corpos. Andar com roupas de *homem* é uma forma de performatizar o ser homem, uma vez que, de forma ideológica, a indústria da moda determina as roupas que conferem às representações do que entendemos por *homens* e *mulheres*. Nesse campo, podem ocorrer subversões, embora bastante raras – refiro-me à criação de roupas sem distinção de sexo e gênero.

A cultura da heteronorma dita os signos para que haja o reconhecimento do gênero masculino e também do gênero feminino, mas se vê no impasse de

representar as travestis e as transexuais através de signos próprios e inteligíveis, então, para designá-las é lançado mão de aproximações com os gêneros já estabelecidos anteriormente – binariamente - pela norma. Com isso, apaga-se a marca performativa do caráter cis-gênero⁶ e esse se estabelece na cultura como algo *natural*.

Aprofundar-me-ei, pois, durante as análises, em noções como as de formação discursiva, a de designação e a de coerção lógica disjuntiva, tentando desenredar a teia que concebe o gênero de forma binária e encobre seu caráter performativo. Verificarei também até que ponto o sujeito trans da pesquisa está identificado com uma formação discursiva que rompe com a heteronorma e, de fato, liberta o gênero da ideia de normalidade e naturalidade. Assim, o próximo capítulo desta dissertação trata da metodologia da pesquisa.

⁶ O uso do prefixo “cis” é utilizado para representar aquelas identidades e expressões de gênero que são legitimadas pelas normas dominantes e tem sido utilizado por ativistas trans por compreendê-lo como mais uma das diversas possibilidades de se vivenciar o gênero.

Capítulo 3

3. Posicionamentos Metodológicos

Os procedimentos de análise adotados nesta dissertação decorrem da perspectiva da AD, segundo a qual, a construção do dispositivo analítico parte da questão que o pesquisador coloca face aos materiais de análise que constituem o *corpus*. Segundo Orlandi (1999), a AD trabalha com a proposta da construção de um dispositivo de interpretação cujo objetivo não é procurar o sentido “verdadeiro” do que é posto, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica.

Tanto a ideologia quanto o inconsciente estão presentes nos processos de constituição dos sentidos e dos sujeitos, portanto, enquanto analista, ao construir meu dispositivo de análise, devo ser capaz de explicitar os processos de identificação dos sujeitos e suas filiações de sentidos. Nessa tarefa, de acordo com a autora, descrição e interpretação se inter-relacionam.

O que se espera do dispositivo do analista, conforme Orlandi, é que

Ele lhe permita trabalhar não numa posição neutra mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia (1999, p. 61).

Para que, na posição de analista, seja possível compreender o processo de produção dos sentidos, de maneira a não eliminar os efeitos de evidência produzidos pela linguagem nem pretender colocar-se fora da história e da ideologia “o analista produz seu dispositivo teórico de forma a não ser vítima desses efeitos, dessas ilusões, mas tirar proveito delas” (ORLANDI, 1999, p.61). A mediação teórica, nesse sentido, participa a todo o momento da análise. Trata-se de um “ir-e-vir” constante.

A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta que o organiza.

Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo o momento para 'reger' a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação (ORLANDI, 1999, p.64)

De acordo com a perspectiva discursiva, o primeiro passo para compreender como um objeto simbólico produz sentidos é transformar a superfície linguística em um objeto discursivo. Para chegar ao objeto discursivo o analista precisa converter o dado empírico em um objeto teórico que será produzido a partir de uma abordagem analítica a respeito da ilusão de "realidade" das palavras, das ideias e das coisas. É somente a partir desse momento que o analista se põe a analisar propriamente a discursividade.

O trabalho de análise é então iniciado pela configuração do *corpus*, definindo seus recortes, à medida que se vai fazendo um primeiro trabalho de análise, retomando conceitos-chave. Ao longo de todo o trabalho, o analista volta à teoria para realizar as análises. Ao aprofundá-las, passa do delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia, compreendendo como os sentidos do dizer analisado se constituem. "Passa da superfície linguística (corpus bruto, texto) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo" (ORLANDI, 1999, p. 68). Desse modo, para a AD, ao trabalhar essas etapas da análise, o analista observa os efeitos da ideologia na língua.

Portanto, com a intenção de descrever meu percurso analítico, situo, primeiramente, o contexto sócio-histórico que me instigou à pesquisa: A expressão "ideologia de gênero" e sua vinculação a efeitos de sentidos "indevidos". Tal expressão veio à tona, no cenário brasileiro, a partir da estruturação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, cuja ideia era incluir temas relacionados com as identidades de gênero e sexualidade nos planos de educação em todo país. A proposta do Ministério da Educação (MEC) era de colocar o gênero e a sexualidade em discurso para que, pelo viés da educação, pudessemos pluralizar e representar a diversidade no contexto social brasileiro.

No entanto os idealizadores dessa expressão – ideologia de gênero – acusam a proposta do MEC de servir para a doutrinação das crianças, bem como de desconstruir os tradicionais conceitos de família, principalmente aqueles que estão baseados em preceitos religiosos. Como resultado, líderes das bancadas religiosas

conseguiram que fosse vetada a obrigatoriedade de tratar desses temas em sala de aula.

A partir daí começou meu despertar sobre esse assunto e, aos poucos, fui constituindo literatura sobre o tema do gênero para que eu pudesse, na pesquisa do mestrado imbricá-lo aos estudos discursivos que tanto me cativaram durante meu processo acadêmico. Assim, esta pesquisa delimitou-se, primeiramente, mediante a construção de um objeto discursivo, descrever e interpretar o processo de interpelação-identificação da constituição do discurso de um sujeito trans.

Como objetivo central desta dissertação, analiso se o discurso do sujeito trans plenamente identifica-se com a norma hegemônica ou se, de fato, subverte hetero-saberes. As questões que nortearam a pesquisa foram: (1) como a heteronorma influencia o processo de constituição de sujeitos trans; (2) quais possíveis rupturas ou deslizamentos no discurso hegemônico heteronormativo são passíveis de (re)significar o corpo; e (3) se há, no processo de constituição desses sujeitos trans, a possibilidade de filiação com uma formação discursiva diferente da não-heteronormativa.

A construção do dispositivo analítico desta pesquisa deu-se em quatro etapas de análise. Em um primeiro momento, busco relacionar os estudos de gênero aos pressupostos da AD, de maneira a tentar estabelecer uma aproximação entre esses dois campos de estudo; em seguida, a partir da observação do *corpus* empírico, busco definir o que parece caber ou não ser dito ali, “aquilo que é dito demais, aquilo que é dito de menos e aquilo que parece não caber ser dito” (ERNST-PEREIRA, 2009, p.2). Desse modo, procuro configurar as FD’s as quais o discurso do sujeito trans entrevistado parece estar filiado. O terceiro momento da análise compreende verificar como o funcionamento da designação *homem* produz efeitos de sentido que qualificam este referente em relação as demais designações que dizem respeito as identidades de gênero apresentadas nesta dissertação. Por fim, proponho novamente uma aproximação entre Butler e Pêcheux (Teorias de Gênero e AD) para pensar a lógica disjuntiva em relação a condição performativa do gênero.

Para tanto, o procedimento e coleta do *corpus* empírico aconteceu pelo viés de entrevistas abertas. A decisão de trabalhar com entrevistas abertas dá-se com a

intenção de interferir minimamente no material coletado. As entrevistas aconteceram na casa do sujeito trans entrevistado, e, ao total, ocorreram dez encontros. Desses, somente cinco foram gravados. A entrevista escolhida para compor o corpus empírico da pesquisa foi, aquela que a meu ver, abrangeu mais diversos assuntos. A partir dessa entrevista eu pude realizar recortes de sequências discursivas que compõem o *corpus* discursivo para as análises. Ao todo, constituem o *corpus* discursivo doze sequências discursivas que estão organizadas da SD01 a SD12.

No decorrer dessas entrevistas procurei fazer com que o sujeito entrevistado ficasse à vontade para relatar-me, sem pudor, medo ou constrangimento seu cotidiano e seu passado, desde onde nasceu, sua relação com a família e a descoberta de que algo em si não se ajustava à norma social.

3.1 Delimitação do Tema: (Trans)formações de Gênero

Com o intuito de colocar limites a minha pesquisa, retomo, neste momento da escrita, como se deu o interesse pelo tema e como procedi para coletar o material a ser analisado.

Desde que me interessei pelas questões de gênero tenho me dedicado, especificamente, a pensar a causa *trans*. Esse interesse foi em mim suscitado, principalmente, por sentir-me incomodada frente ao poder ideológico que a heteronorma empenha na produção de corpos dóceis e conformados com os padrões “masculinos e femininos” de expressão de gênero.

Dessa forma, decidi dedicar-me, durante meus estudos no mestrado, à pesquisa sobre gênero e inter-relacioná-la à AD de linha pêcheuxtiana. Através das leituras acerca desses dois campos de estudo desenvolvi o projeto para escrever esta dissertação a respeito do processo de interpelação-identificação da constituição do discurso de um sujeito trans. A noção de identificação advém dos estudos discursivos, nos quais, retomando Pêcheux

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina. Essa interpelação supõe necessariamente um desdobramento, constitutivo de sujeito do discurso, de forma que um dos termos representa o “locutor”, ou aquele a que se habituou chamar “sujeito da enunciação”, na medida em que lhe é “atribuído o encargo pelos conteúdos colocados” – portanto, o sujeito que “toma posição”, com total conhecimento de causa, total responsabilidade, total liberdade etc. – e o outro termo representa “o chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal”. (2014, p. 198).

Segundo o autor, esse desdobramento pode assumir diferentes modalidades. Há três possibilidades de tomada de posição em relação à forma-sujeito de uma formação discursiva. A primeira é a modalidade que caracteriza o “bom sujeito”, a identificação. Nesse sentido, “a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu

assujeitamento sob a forma do ‘livre consentido’” (PÊCHEUX, 2014, p. 199). Nessa modalidade, o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito se identifica e o sujeito, por sua vez, sofre cegamente essa determinação.

A segunda modalidade é aquela que o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal provocando questionamento, contestação e revolta a respeito dos saberes que regem a formação discursiva a qual encontra-se filiado. É a modalidade da contra-identificação, que caracteriza o “mau sujeito”, pois ele se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso.

A terceira e última modalidade é a da desidentificação, modalidade que também caracteriza o “mau-sujeito” o qual, agora, estabelece uma transformação-deslocamento, rompendo com os saberes que se encontrava anteriormente submetido.

Isso posto, configuro três diferentes formações discursivas, as quais, a meu ver, comportam os saberes sociais referentes aos gêneros. Também observo, durante todo o processo a quais FD's o discurso desse sujeito parece estar se filiando. Durante a análise dos processos de identificação, procuro investigar de que forma a heteronormia influencia o processo de constituição desse sujeito trans e se há a possibilidade de rupturas ou deslizamentos em relação aos saberes hegemônicos heteronormativos presentes em seu discurso.

No decorrer das entrevistas, ao delimitar as formações discursivas as quais o sujeito entrevistado aparenta estar filiado, também interesse-me em mobilizar gestos de análise que me permitam, pela aproximação de conceitos relacionados aos estudos de gênero e de noções referentes a AD, traçar os possíveis caminhos que me levem a compreender como a lógica binária se estabelece e como ela dociliza e assujeita corpos e saberes.

Assim sendo, o próximo subtítulo encarrega-se de apresentar o sujeito trans entrevistado.

3.2 Construção do *corpus* discursivo mediante o corpo ininteligível

Dado que a construção da identidade de gênero não decorre de um determinismo biológico, ou seja, designar-se, comportar-se e assumir socialmente o papel de uma identidade de gênero decorre de uma construção cultural e ideológica, introduzo este subtítulo justificando uma futura mudança no tratamento que darei ao sujeito trans entrevistado.

A mudança está relacionada à forma de tratamento desse sujeito, ou seja, a partir deste momento, tratarei o sujeito trans entrevistado por “ela” ou sob a utilização do artigo “a”. Essa alteração justifica-se, primeiramente, pelo receio em recorrer ao artigo masculino para erroneamente designar “o travesti” ou “o transexual”, ao invés de “a travesti” ou “a trans-mulher”. Em seguida, justifico essa alteração, pois, apesar de não se identificar com os ideais dos gêneros masculinos ou femininos, o sujeito trans entrevistado, ao enunciar, designa-se por meio do artigo feminino.

Foram cinco encontros até que eu conseguisse convencê-la a gravar. No seu imaginário, iríamos gravar vídeos, e ela nunca se sentia preparada, não me possibilitando levar registro algum do que conversávamos. No entanto, sua curiosidade sobre o que estava por vir foi maior do que sua timidez, e, depois de descobrir que gravaríamos somente nossas vozes se tomou de muita coragem e me disse: *Grava bicha!* E assim começamos longos e interessantíssimos encontros gravados, dos quais utilizo somente um como *corpus* deste trabalho que dá luz às minhas análises.

A delimitação do *corpus* discursivo mobiliza uma postura teórica própria da AD. Estabelecer um *corpus* discursivo de referência não foi uma tarefa nada fácil. Foram entrevistadas três pessoas trans, que me relataram experiências vividas por elas.

Dentre essas entrevistas, seleciono as de Bill para compor o *corpus* discursivo propriamente dito. Essa seleção define um primeiro gesto analítico, pois é a partir dela que seleciono o que pertence ao *corpus* discursivo e o que dele eu excluo. Tal seleção também me permite identificar, no *corpus* empírico, as sequências discursivas que compõem o *corpus* discursivo dessa pesquisa, para que enfim eu possa delimitar o objeto específico das minhas análises.

Para manter o sigilo sobre sua identidade, adoto a nomeação escolhida pelo sujeito trans entrevistado, quando indagado de como gostaria que eu a/o nomeasse quando estivesse escrevendo a dissertação; ela/ele foi categórica(o):

Me chama de Bill, Bill é uma coisa assim, serve para homem, para mulher, para o que eu sou. Não sou nem isso, nem aquilo... nem eu sei dizer o que sou.

Mediante a sequência discursiva destacada acima, não posso me eximir de mobilizar um precoce gesto analítico para examinar como a negação está funcionando no discurso de Bill. A negação é, de acordo com Indursky (2013), um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise.

É importante mencionar que, para que haja a negação, é preciso que exista a construção prévia do domínio nocional. De acordo com a autora,

Quando o sujeito do discurso pode e deve dizer o que diz a partir do seu lugar social, ele o faz por uma predicação afirmativa, identificando o seu dizer com o saber da FD que o afeta. Já quando sua predicação é negativa, esta pode caracterizar três operações de negação discursiva diversas: a negação externa, que incide sobre o que não pode ser dito no interior de uma FD; a negação interna, que incide sobre o que pode, mas não convém ser dito neste domínio de saber; e a negação mista, que mobiliza as duas modalidades anteriores numa única operação de negação (INDURSKY, 2013, p. 266)

Se pensarmos em uma formação discursiva heteronormativa, a qual somos desde sempre compulsoriamente determinados a nos identificar, a modalidade de negação examinada na sequência discursiva de referência destacada será a da negação externa. Essa modalidade de negação, segundo Indursky “apresenta duas características essenciais: primeiro, a marca da negação é explícita e, segundo, o discurso do outro é implícito” (2013, p. 266 – 267).

Aqui, o discurso-outro passa a constituir o indizível desse discurso que permanece recalcado no interdiscurso. Observa-se a presença (implícita) de saberes

advindos do discurso hegemônico sobre as identificações de gênero. O próprio sujeito enunciador, evocando a memória de pré-construídos em relação aos saberes hegemônicos sobre os gêneros, estabelece sua identidade a partir do uso de estruturas binárias já ideologicamente estabelecidas – ***Não sou isso, nem aquilo*** – onde isso e aquilo representariam o par binário *homem e mulher*.

Bill tem 39 anos e é natural da cidade de Canguçu, Rio Grande do Sul. Quando tinha 12 anos seus pais se separaram, e Bill e os irmãos ficaram morando com o pai. Aos 19, quando o pai morreu começou a trabalhar no comércio de Canguçu e 5 anos depois veio tentar a vida na cidade de Pelotas. Conhecemo-nos através de amigos em comum e, no dia em que fomos apresentados, já trocamos contato uma vez que Bill se mostrou bem aberta e interessada em participar da pesquisa.

Fomos então compondo uma relação de confiança e cumplicidade que me proporcionou, junto aos meus questionamentos acerca do tema, a motivação para criar este trabalho. Dentre relatar-me muitas situações interessantes, Bill demonstrou tanta curiosidade e ansiedade sobre as questões identitárias quanto eu. Sua ansiedade quanto às questões que concernem ao gênero refletem-se na forma de referenciar-se, ou seja, como se designa, como é designada pelos outros e como se apresenta perante a sociedade.

Butler (2015) faz um breve relato foucaultiano da constituição de si sobre os termos que possibilitam o reconhecimento de si. Nele, ela afirma que estes termos são dados a partir de um regime de verdade, regime este imposto, a meu ver, ideologicamente. Nessa perspectiva ela observa que,

Esses termos estão fora do sujeito até certo ponto, mas também são apresentados como normas disponíveis, pelas quais o reconhecimento de si acontece, de modo que o que posso “ser”, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis. (BUTLER, 2015, p.35)

Apesar de trabalhar com uma concepção de sujeito um tanto diferente da qual trabalha-se em AD, Butler, de certa forma abre a possibilidade para que se pense em interpelação ideológica. O regime de verdade que é posto ao sujeito de antemão, nada mais é do que a marca do ideológico subordinando a cultura. Contudo, penso que, dentro deste regime de verdade, há certa abertura ou brecha, por assim dizer, para que algumas identidades escapem da norma, e também, para que tal norma que

governa o reconhecimento das identidades seja contestada ou transformada. Com isso, permito-me dizer que é nessa possibilidade de transformação que se situa a ansiedade sobre o reconhecimento das identidades não inteligíveis.

Em vista disso, parto, pois, insegura por não estar “vestindo os seus sapatos”⁷, para uma análise do discurso de Bill, visando às possíveis pistas que a discursivização dos gêneros – nessa concepção entendido como performativo –, pode me sugerir, para a compreensão dos caminhos identitários nos processos de transexualidades.

⁷ Em Inglês, dizer que você está “on her/his shoes” significa colocar-se no lugar de outra pessoa. Nesse caso, me reconheço como uma cis-mulher escrevendo sobre uma trans-mulher.

Capítulo 4

4. Gestos de análise

Retomo, neste capítulo, a descrição acerca da construção do dispositivo analítico para introduzir os gestos de análise que compõem cada etapa deste processo. Torna-se necessário dizer que proponho, ao longo dos meus gestos analíticos, um retorno constante aos referenciais teóricos que mobilizo ao longo da dissertação.

Alicerçada na observação das sequências discursivas de referência apresento gestos de análise para configurar as FD's as quais o discurso do sujeito trans entrevistado parece estar filiado; em seguida, a partir das análises das SDR's pretendo verificar como o funcionamento da designação *homem* produz efeitos de sentidos que qualificam este referente em relação as demais designações que dizem respeito as identidades de gênero apresentadas nesta dissertação. Para finalizar os gestos de análise por mim desenvolvidos, proponho uma aproximação entre Butler e Pêcheux (Teorias de Gênero e AD) para pensar a lógica disjuntiva em relação a condição performativa do gênero.

As três seções descritas visam atingir o objetivo central da pesquisa.

4.1 Formações discursivas: o caminho para um processo higienizador

Foi ressignificando o conceito foucaultiano de formação discursiva que Pêcheux propõe a ideia que tomarei para desenvolver esta parte do trabalho. Em Pêcheux, a questão da formação discursiva foi reorientada teoricamente por influência de Althusser. Para o filósofo marxista, a ideologia organiza aquilo que aparece como algo incontestável e evidente, e é por meio dela que os indivíduos são interpelados em sujeitos. Assim, no que se refere ao conceito de ideologia então proposto, Pêcheux define que a formação discursiva dita o que pode e deve ser dito (também o que não pode e não deve ser dito) a partir de uma posição dada numa dada conjuntura. Com isso, as formações discursivas se inscrevem em um campo atravessado por linhas de confronto ideológicos, servindo para delimitar e constituir sócio historicamente regiões do interdiscurso.

É justamente pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina que ocorre a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso, portanto, é a ideologia o princípio organizador das formações discursivas, que aqui é entendida como heterogênea.

Em se tratando de ideologia, ao trabalhar com gênero, não posso me omitir de apresentar o que se tem entendido acerca do que chamam de “ideologia de gênero”. A expressão veio à tona, no cenário brasileiro, a partir da estruturação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014. A proposta do Ministério da Educação (MEC) era incluir temas relacionados com as identidades de gênero e sexualidade nos planos de educação de todo país. Os idealizadores de tal expressão – ideologia de gênero – acusam a proposta do MEC de servir para a doutrinação das crianças, desconstruindo os tradicionais conceitos de família, principalmente aqueles que estão baseados em preceitos religiosos.

No entanto, penso que a proposta do MEC seja de que o olhar para os modelos histórico e ideologicamente instituídos como ideais sobre os gêneros e as sexualidades sejam desconstruídos, visto que estamos diante de pluralidades no seio da nossa sociedade. Pondero ainda que essa proposta instiga que se olhe de forma menos ingênua para o modo como a ideologia hegemônica (e falocêntrica) produz corpos docilizados e heteronormativos.

Com isso, permito-me uma provocação no que concerne ao gênero: a única ideologia a qual estamos de fato submetidos e interpelados é a da heteronorma, pois, desde que nascemos somos nomeados como menina ou menino a partir de um ideal incontestável de gênero e sexualidade.

Minhas hipóteses sobre o processo higienizador pelo qual somos interpelados ao termos nossa identidade construída pela ideologia hegemônica tem por base esse pressuposto. Mesmo aqueles que subvertem a ordem ideológica hegemônica e falocêntrica estão, de algum modo submetidos a ela, no sentido que, mesmo dentro da *falha*, daquilo que escapa, a noção hegemônica sobre os gêneros e as sexualidades deixa suas fortes marcas.

A heteronormatividade especifica a tendência ocidental de se considerar as relações heterossexuais como a norma em detrimento de todas as outras formas, que, por sua vez, são consideradas com base nessa e, por conseguinte, entendidas como desvio. Pino entende a heteronorma como

o enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo. (2007, p.160)

É um conjunto de normas que é interiorizado pelo sujeito, constituindo assim sua identificação com esta ou aquela formação discursiva em relação aos gêneros, ou seja, somos interpelados a ter um gênero, e, conseqüentemente, uma sexualidade compatíveis com a materialidade dos nossos corpos. Tais normas estão enredadas em redes de poder que governam a materialidade dos corpos, possibilitando a inteligibilidade de certos corpos e pressupondo a abjeção de outros, daqueles considerados desviantes. Ao mesmo tempo que essas normas normalizam os sujeitos, elas também expõem aqueles considerados anormais, abjetos. Assim, o imperativo da heterossexualidade possibilita certas identificações de gênero e nega

outras, ignorando sua condição performativa. Portanto, posso dizer que, desde sempre, somos interpelados por um processo ideológico sempre-já gendrado de identificação binária dos corpos e de suas correspondências psíquicas, sociais e culturais de forma arbitrária. Butler postula através da teoria da performatividade que

O gênero é performativo porque é efeito de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva. [...] A performatividade de gênero não consiste em eleger de que gênero seremos hoje. Performatividade é reiterar ou repetir as normas mediante as quais nos constituímos: não se trata de uma fabricação radical de um sujeito sexuado genericamente. É uma repetição obrigatória de normas anteriores que constituem o sujeito, normas que não se pode descartar por vontade própria (2002, p. 64-65).

O discurso de Bill parece reconhecer como a heteronorma interpela sua performance social quando lança mão da negação que funciona com o verbo **poder** explicitando a manifestação de como as normas regem a conduta social também daqueles que não estariam diretamente identificados com elas quando o sujeito enunciador menciona que,

SDR01

Infelizmente a gente não pode ir a tudo montada. Eu não posso ir, por exemplo, em um casamento montada. Numa formatura, eu não posso ir num longo.

A interpelação advinda da ideologia heteronormativa produz sujeitos dóceis e normativos, sujeitos que conformam seus corpos e modos de agir em nome de se tornarem sujeitos inteligíveis. Na sequência discursiva de referência destacada acima o processo de negação aponta a presença de outro discurso no discurso do sujeito enunciador. A negação incide sobre um discurso que provém de uma formação discursiva adversa e estabelece fronteira entre os dois discursos antagônicos. Ou seja, é possível perceber que um discurso adverso à FD heteronormativa não se lineariza na negação, no entanto ele está ali ressoando. A marca da negação denota que há uma afirmação relacionada a esse discurso, advinda de, provavelmente, uma FD não heteronormativa cujos saberes permitem a performance feminina daqueles não identificados com a cisgeneridade.

Em seguida, ao falar de si, o discurso de Bill levanta uma questão que penso ser importante para este momento:

SDR02

Eu acho que é uma defesa que eu tenho ter o meu lado Bill e o lado Sophia, que é o feminino, mas é Bill que sustenta a Sophia. Se a Sophia sustentasse Bill, ela antigamente iria para o meio da prostituição. Ela não teria como sobreviver se não fosse assim. Mas Bill trabalhando, no dia-a-dia, consegue sustentar as loucuras da Sophia.

Na sequência discursiva de referência destacada acima a interpelação de gênero provoca uma aparente disjunção entre Bill e Sophia. De acordo com o que se tem trabalhado, nesta dissertação, acerca do efeito de estabilização que a ideologia heteronormativa provoca nas identidades de gênero, essa impressão parece-me ser uma estratégia discursiva provocada pela arbitrariedade desses padrões hegemônicos de gênero.

Além disso, apesar de se colocar de forma *desviante* no discurso, uma vez que Bill ao enunciar não marca seu gênero de forma clara, utilizando ora a flexão feminina, ora a masculina, ora nenhuma, ao enunciar que Sophia é seu lado feminino, ambos, Bill e Sophia se situam a partir de uma relação de oposição, onde há uma comparação desvantajosa, atribuindo juízo de valor à performance de um dos gêneros em relação a forma como este se sustenta e leva a vida.

Na sequência discursiva de referência ***Ela não teria como sobreviver se não fosse assim***, observo que o discurso de Bill parece (re)produzir um imaginário social sobre as travestis, qual seja que elas só teriam chance de sobrevivência por meio da prostituição. O constrangimento quanto ao ato transparece através da utilização do advérbio ***assim***, produzindo tal sentido por meio da modalidade do não-dizer. Ao medir suas palavras o sujeito enunciador as substitui por aquela que imagina mais apropriada. Com isso, “assim” produz um efeito de sentido de modo a acentuar as várias reformulações que o sujeito faz sobre sua formulação, marcando o entrecruzamento de posições. Mutti afirma que “o *assim* acaba sendo o modo encontrado de evidenciar a coexistência de palavras do outro e das palavras suas

para constituir o referente, pela linguagem” (2000, p. 19) – evidenciando a heterogeneidade discursiva que se mostra na enunciação.

Em seu discurso, ao estabelecer-se em comparação com Sophia, Bill aparece, nessa sequência discursiva de referência, como x⁸ provedor do “digno” sustento financeiro, (re)produzindo um discurso tipicamente falocêntrico. Da mesma forma, atribui juízo de valor em relação à profissão de Sophia, estabelecendo um efeito de sentido de que o sustento provindo da prostituição não seria um sustento respeitável. Com isso, apesar de estar desviando a heteronorma a partir de sua identificação de gênero, o discurso de Bill parece identificar-se com a forma-sujeito que rege uma formação discursiva normativa e hegemônica.

Minha proposta é de que pode estar havendo aqui, através da interpelação ideológica da heterossexualidade compulsória, uma conformação da comunidade *desviante* com a norma, no sentido de reafirmar heteronormas. Assim, estariam sendo (re)produzidas configurações sobre as sexualidades e os gêneros que colaboram na legitimação e na expansão do poder do Estado, em nome de um reconhecimento da “diversidade sexual” dentro dos limites da ordem social, onde a travesti representaria o sujo e o errado, ao passo que aqueles que “estão no armário” teriam seu direito à legitimidade garantidos. Dessa forma, o sujeito da pesquisa parece estar submetido aos saberes de uma formação discursiva homonormativa.

Suponho, portanto, que tal formação discursiva advenha da formação ideológica heteronormativa através de um processo higienizador do sujeito desviante. Esse processo, a meu ver, está enredado pela ideologia da heteronorma, a qual permite que o sujeito se desvie da norma dentro de certos padrões de inteligibilidade e *higiene*. Leandro Colling (2015) propõe problematizarmos as questões que mobilizam pautas dos movimentos LGBT nos últimos anos, no Brasil e no mundo, onde transparece a ideia de que o *gay* é normal e igual ao *heterossexual*. A partir de entrevistas com pessoas ligadas aos estudos e ativismos *Queer*, Colling questiona,

Por que desejamos esse ideal de vida? Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? Por que a união civil proposta é exatamente a baseada na família nuclear burguesa, justamente uma das instituições que tanto colaborou e ainda colabora para a subalternização daqueles que não são heterossexuais? (2015, p. 30).

⁸ Utilizo aqui “x” como artigo “a” ou “o”, como forma de não designar um ou outro.

Assim sendo, a norma abre brechas para que a desviemos, porém, essas brechas estão previamente delineadas pelo sistema, de forma que aqueles não plenamente identificados com uma formação discursiva heteronormativa, não conseguem dela por completo escapar, estando identificados, por assim dizer, com uma formação discursiva oriunda e higienizada da hegemônica, aqui nomeada por mim de formação discursiva homonormativa.

Outro exemplo do discurso de identificação de Bill com a FD homonormativa acontece quando, conversando sobre as diversas identificações de gênero, ela comenta que

SDR04

Parece que virou modernismo as pessoas não saberem o que querem ser: menino ou menina. Mas hoje em dia tem a imprensa, tem a mídia e as pessoas já estão sabendo como lidar com os transgêneros e com a parte da homossexualidade e tudo mais.

O que me chamou primeiramente a atenção nessa sequência destacada, foi o funcionamento do substantivo “as pessoas”, produzindo um efeito de sentido que distancia o sujeito enunciador do que está sendo enunciado. O curioso é que “as pessoas” parece estar designando sujeitos outros que não se encontram na mesma condição de quem enuncia. Tal sequência seria permitida dentro de uma FD heteronormativa, por exemplo, mas não se constitui em uma contradição justamente pela interpelação da heteronorma na constituição das identidades daqueles que desviam da norma hegemônica compulsória. Em seguida, o sujeito enunciador coloca que a mídia e a imprensa estão, de certa forma, ajudando a lidar com “as diferenças” por meio da vinculação de imagens de transexuais e gays em sua programação. Nota-se que temos de aprender a lidar com os sujeitos trans, ao passo que com os cisgêneros, não precisamos aprender, pois desde sempre já sabemos como lidar. O efeito de sentido produzido aqui, reforça a heteronorma por meio da diferença que me parece querer ser assimilada e superada a qualquer preço.

Nessa perspectiva, se tivermos uma leitura mais ingênua, podemos pressupor que, tanto as identidades (a trans e a homossexual) como as diferenças, são concebidas como entidades independentes, como se fossem conceitos

completamente distintos. Aprende-se a lidar com aquilo que “não somos”, ou com aquilo que não está dentro da “normalidade”. No entanto, compreendo que tanto a identidade quanto a diferença, são constituídas a partir de um jogo de negações, filiações e identificações, denotando, na verdade, uma relação de estreita dependência entre ambas. Posto isto, concordo com o professor Tomaz Tadeu da Silva (2010) quando escreve que as afirmações sobre a diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades.

Ambas, identidade e diferença, são concebidas cultural, e por que não dizer, ideologicamente. São, portanto, o resultado de *atos de criação linguística* (SILVA, 2010, p.2). Ou seja, estão colocadas no discurso por meio da linguagem e assim sujeitas ao caráter instável desta última. Então, nenhum signo pode ser reduzido somente à sua identidade, ele carrega também traços da diferença que o caracteriza.

Da mesma forma, a marca da diferença no discurso de Bill não só constitui sua identidade e a das demais trans às quais se referiu durante nossas conversas, como também produz um movimento interessante no que tange a possível identificação com diferentes formações discursivas. Quando questionada sobre a manipulação de hormônios e sobre a cirurgia de transgenitalização ela responde:

SDR05

Eu não quero ser mulher, tem umas que querem ser mulher, aí é diferente. Elas querem se olhar no espelho e se ver mulher, eu não. Eu adoro me ver traveca, adoro me ver travesti. Só que as pessoas têm muito preconceito porque acham que toda a travesti tem que ser feminina, mas não temos, de maneira alguma.

Apesar de determinar a inteligibilidade de seu gênero a partir da estrutura binária a qual somos submetidos e com a qual operamos enquanto sujeitos ocidentais, há a marca, nessa sequência discursiva destacada, do outro. Este outro é aquele que, ao contrário de si, quer ser mulher. Ao passo que “*tem umas*” oculta quem é este sujeito que quer ser mulher, tal expressão evidencia que este não é o mesmo que enuncia e que seu querer não pode ser generalizado a todas as pessoas trans. Ao apresentar a possibilidade de não querer ser mulher e de que nem toda travesti tem que ser feminina, o discurso de Bill mobiliza saberes que parecem se aproximar de

uma outra formação discursiva, caracterizada por mim como formação discursiva *Queer*, formação esta que parece de fato romper com a norma hegemônica.

Torna-se necessário afirmar aqui que, assim como as demais categorizações identitárias, o termo *Queer*, como forma de filiação, também se constitui em uma categoria que não dá conta de descrever plenamente aqueles a quem o termo pretende representar. Mesmo assim, observo através da sequência discursiva de referência destacada acima que a subversão aos padrões hegemônicos se estabelece muito mais na performance de gênero de uma travesti não feminina, uma vez que esta rompe com as noções fixas de inteligibilidade de gênero na medida em que confunde os códigos estruturados anteriormente a respeito da feminilidade e da masculinidade. Segundo Judith Butler,

el travestismo es una postura subversiva problemática. Cumple una función subversiva en la medida en que refleje las personificaciones mundanas mediante las cuales se establecen y naturalizan los géneros ideales desde el punto de vista heterosexual y que socava el poder de tales géneros al producir esa exposición. Pero nada garantiza que exponer la condición naturalizada de la heterosexualidad baste para subvertirla. La heterosexualidad puede argumentar su hegemonía a través de su desnaturalización, como cuando vemos esas parodias de desnaturalización que reidealizan las normas heterosexuales *sin* cuestionarlas (2010, p. 325).

Nessa concepção, as identidades de gênero hegemônicas precisam dessas identidades subjugadas para se afirmarem e para se definirem, pois, mesmo na subalternidade, elas se constituem numa referência para a identidade heteronormativa, uma vez que é diante delas que as identidades hegemônicas se sustentam.

Assim, por um lado, observo que as identidades resultam de uma estabilização temporária dos processos de identificação como consequência das relações de poder estabelecidas entre as formações discursivas. Por outro lado, considero a heterogeneidade constitutiva das identidades, e, por conseguinte, também das identidades trans, já que, aparentemente, estas são afetadas pelas relações higienizadoras que afetam e determinam a constituição das formações discursivas no interdiscurso.

4.2 Designações: do *homem* ao resto

*As palavras, expressões, proposições, etc.,
mudam de sentido segundo as posições
sustentadas por aqueles que as empregam
(PÊCHEUX, 2014, p. 160).*

É a partir dessa proposição de Pêcheux que pretendo começar a discorrer sobre o funcionamento discursivo das designações.

Para começar, é necessário que se estabeleça, a partir de Guimarães (2002) uma distinção entre os termos “designação, nomeação e referência”, tendo em vista que esses conceitos podem, por ventura, significar similarmente. Para o autor, a designação é “o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato”. É uma relação de referência instável, produzida pelo cruzamento de diferentes posições-sujeito. As designações são nomes responsáveis por instalar “como lugar de estabilidade referencial um sentido pelo apagamento de outros”, dessa forma, quando designamos produzimos determinados sentidos enquanto apagamos outros (GUIMARÃES, 1995, p.75).

Também a nomeação é um elemento constitutivo da designação de um nome. Assim sendo, as referências feitas com um nome, como substitutivos deste, são consideradas elementos constitutivos da designação. Guimarães (2002) entende que a referência é um procedimento linguístico pelo qual se articula algo na enunciação e pela enunciação. Importa, com isso, observar como o nome está relacionado com outros nomes e assim constituindo efeitos de sentido. Nessa mesma perspectiva, acerca do que entendo por designação, posso dizer que dar nome a algo é dar-lhe existência histórica, visto que a designação é a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente.

O autor defende que é o interdiscurso, enquanto memória, que promove o funcionamento das designações, portanto não podemos entendê-las como estáveis. Por sua vez, os processos de designação produzem efeitos de evidência e apresentam as relações entre as designações e seus referentes como se transparentes fossem apagando as diferenças e diferentes posições que lhes subjazem.

Como objetivo específico desta parte do estudo, pretendo verificar como o funcionamento da designação *homem* produz efeitos de sentido que qualificam este referente em relação às demais designações que dizem respeito às identidades de gêneros apresentadas nesta dissertação.

Para começar proponho um retorno à sequência discursiva primeiramente analisada no início do capítulo 2. Nela Bill é referenciada como ***quase mulher*** e, em seguida, justifica tal referência:

SDR06

Porque é diferente, Laurinha, eu não sou totalmente feminina, nem totalmente masculina, eu sou uma coisa no meio termo.

Noto que a indefinição da referência produzida pela presença do advérbio *quase* ligado ao referente *mulher* produz um efeito de desconhecimento desse sujeito enquanto sujeito que performatiza um gênero. A designação que pretende fazer referência ao sujeito não encontra inteligibilidade senão de forma comparativa com um saber hegemônico já anteriormente estabelecido sobre os gêneros. Ao referenciar por comparação, está sendo produzido como efeito a indefinição da designação, permitindo desconhecer a singularidade histórica do sujeito que está sendo designado. O advérbio *quase* está colocado de forma ambígua a produzir sentidos de aproximação com o referente *mulher*, e, também, de que há uma diferença desqualificadora da identidade de gênero que intenta designar.

O processo de designação faz parte da contradição e de disputas de sentidos que envolvem as formações discursivas. Zoppi-Fontana (1999, p.203) descreve o processo de designação como “relações instáveis, produzidas pelo cruzamento de

diferentes posições de sujeito, a partir das quais se instala um sentido, apagando outros possíveis.”

Logo, essa sequência discursiva de referência destacada acima parece estar relacionando-se por meio da contradição com a SDR03, na qual o sujeito enunciador se coloca no discurso como Bill e como Sophia. Relacionando-as, encontro vestígios que sinalizam a presença de diferentes posições de sujeito a partir das quais o sujeito do discurso se significa e produz um efeito de sentido que indica uma legitimação identitária.

No entanto, quando Bill justifica o não reconhecimento de seu gênero por parte do sujeito enunciador, ela própria se vê no impasse da nomeação, lançando mão do referente “*coisa*” como meio de designar o gênero com o qual se identifica. A utilização de tal referente produz um efeito de sentido que desumaniza o sujeito, o propõe abjeto e ininteligível, denunciando o conteúdo fortemente normativo e impositivo da “humanidade” normalizada que, por conseguinte, é passível de reconhecimento e nomeação. Nesse caso, o referente “*coisa*” está colocado de forma a manter uma relação parafrástica com a designação *Queer*, uma vez que ambos descrevem identidades de gênero situadas à margem.

O próprio uso do termo *Queer* é assimilado quando aparece, no século XVI, para designar aquilo que é estranho e excêntrico. Mais tarde, esse termo começa a ser usado como um xingamento para caracterizar homossexuais e outros sujeitos cujo comportamento desviavam a regra hegemônica. É, portanto, no final dos anos oitenta que o termo passa a ser apropriado por grupos LGBT que ressignificam o sentido pejorativo da palavra através de sua afirmação por aqueles a quem ela procurava excluir.

No entanto, em relação à designação *homem*, verifiquei a presença de valores antagônicos ligados a ela. São processos metonímicos que designam positivamente o sujeito *homem* por meio da substituição (paráfrase) e, negativamente, o sujeito *homenzinho* por meio da formação de diminutivos por sufixação. Tomarei, para exemplificar, a sequência discursiva de referência enunciada por Bill quando falávamos da manipulação de drogas ilícitas no meio da prostituição:

SDR07

No geral, o homem botou uma droga na boca ele não é mais a mesma pessoa. O homem, pai de família, muda. O pai de família já vai para o centro buscar uma travesti, aí ele já tem outro lado pois a droga transforma.

Observo que a expressão *pai de família* está, por meio do aposto, referenciando a designação *homem*. Há, aqui, uma substituição da designação *homem* pelo referente *pai de família*, produzindo uma evidência de sentido que se ancora na noção androcêntrica hegemônica sobre esta identidade de gênero, uma vez que a expressão jurídica *pai de família*, por meio da *memória*⁹, figura o chefe de família, aquele que regula o ordenamento familiar e é detentor do pátrio poder.

Contrapondo os efeitos de sentido produzidos pela designação *homem*, em seguida, o sujeito enunciador discorre que:

SDR08

O cliente, então, compra e usa a droga uma ou duas vezes no mês, mas a vulnerável está ali e todo dia aparece um cliente com uma droga diferente, e ela fica se detonando.

Interessou-me, aqui, estabelecer uma relação entre o substantivo *cliente* e a adjetivação *vulnerável* como forma de referenciar duas diferentes designações. O *cliente* liga-se parafrasticamente à designação *homem*, se constituindo em aquele que goza de condições financeiras para utilizar-se de um serviço e de drogas. Já, contrariamente, a *vulnerável* produz uma evidência de sentido de que este referente está designando um sujeito fraco, aquele pelo qual devemos sentir pena, ideia que alimenta o senso comum sobre os sujeitos à margem. A *vulnerável*, nesse sentido, designa a *travesti*, aludindo o caráter de fragilidade e marginalidade daquela que fica se *detonando* por meio da manipulação de drogas. Se, de acordo com a sequência

⁹ A memória discursiva ou interdiscurso refere-se aos saberes que constituem o sujeito como ser histórico e significativo. É quando os sentidos que se constituem em nós aparecem como evidentes, como um sempre já-lá.

discursiva destacada, posso concluir que a descrição *vulnerável* faz referência à designação travesti, concordo com Orlandi quando estabelece que “a descrição causa a impressão de objetividade da linguagem, da construção imaginária da realidade, da relação positiva entre as palavras e as coisas” (1994, p.55). A descrição produz a impressão da realidade do pensamento, criando a ilusão da relação clara e objetiva entre linguagem-pensamento-mundo. Assim, determinados sentidos são instalados em detrimento de outros e, ao serem postos em evidência, atuam na constituição de uma determinada imagem do referente.

Em nenhum momento durante as nossas conversas a designação *homem* esteve ligada a quaisquer referentes que possam produzir uma ideia depreciativa desta identidade de gênero. Ao contrário, o que observei durante as análises foi a verificação de que as designações *mulher* e *travesti* carregam modos de referenciá-las notadamente pejorativos e depreciativos. A designação *homem*, portanto, aparece, no discurso de Bill, ligada a referentes como *beleza* e *virilidade*, enquanto as demais designações ligam-se a referentes como *vulnerável* e *detonada*.

Exemplificando e propondo mais um gesto analítico a respeito da designação *homem* apresento duas sequências discursivas nas quais Bill discorre sobre a sua sexualidade:

SDR09

Desde cedo eu via meus primos se masturbando, porque homem gosta de fazer uns na frente dos outros.

SDR10

Quando a gente vai fazer, por exemplo, um programa, o que mais aparece é gente com quem tu não estás a fim de fazer sexo, mas geralmente os homens são muito mais bonitos do que feios, tu ficas até pensando ‘poxa, estão pagando para mim?’.

Na primeira sequência discursiva de referência a designação *homem* está ligada a um efeito discursivo que funciona como a presença de um domínio de pensamento em outro, ou seja, está ligada a um pré-construído que remete a uma construção anterior a qual afirma que o sujeito designado, *homem*, é dotado de

virilidade e sexualidade a floradas. Não diferentemente, na segunda sequência discursiva, a referência por meio da adjetivação *bonitos* também faz alusão positiva aos sujeitos *homens* que estão sendo designados. A travesti, todavia, está sendo referida por ***aquela que faz sexo com gente que não está a fim***, provocando um efeito de sentido que corrobora com a visão subjugada e subalterna sobre esta identidade.

Para finalizar meus gestos de análise a respeito da designação *homem*, disponho de um olhar atencioso ao processo de formação do diminutivo *homenzinho* enunciado sempre que o sujeito enunciatador mencionou a respeito do gênero o qual se identificava anteriormente. Para tanto, selecionei duas sequências discursivas:

SDR11

Naquela época eu era bem homenzinho, mas até então era somente gay.

SDR12

Eu vou para Canguçu como o Billzinho do passado ainda, não como a Bill de Pelotas, eu vou para lá e nem o cabelo eu solto, não me maquio, porque eu acho que vou chocar.

O recorte tem o objetivo de observar quais efeitos de sentido estão sendo produzidos a partir da sufixação –zinho ligada à designação *homem*. Tal sufixação diminutiva na designação *homem*, ao referir-se a uma identidade de gênero não normativa, está atribuindo a ela um juízo de valor negativo em relação a identificação de gênero falocêntrica. O referente *homenzinho* parece estar atribuindo características desfavoráveis como pequeno, sem importância e frágil à anterior identificação de gênero a qual Bill estava filiada. Além disso, considerando que o referente *gay* está ligado à sexualidade do sujeito enunciatador, a partir do efeito de sentido provocado pelo advérbio *somente* evidencio o implícito de que atualmente Bill identifica-se com algo além de ser *somente* gay.

Como sujeito desviante da heteronorma hegemônica, ao identificar-se estabelecendo uma relação comparativa entre o referente *Billzinho*, precedido do artigo marcador do gênero masculino “o” diferenciando-o da *Bill* de Pelotas, referente precedido pelo artigo “a”, o sujeito enunciatador sugere os caminhos opostos pelos

quais as categorias hegemônicas binárias de gênero se estabelecem e sugere, também, o caráter performativo e instável das normas que regem essas categorias. Nesse sentido, ***soltar os cabelos e se maquiar*** são performances ideologicamente ligadas, na cultura ocidental, ao gênero feminino, por isso, ao performatizar o gênero ideologicamente marcado como oposto do feminino, Bill não *solta os cabelos* tampouco faz uso de *maquiagem*.

Observo, a partir destes gestos de análise referentes às designações sobre os gêneros ideologicamente construídos e produzidos, que tanto as formas de referencialidade quanto os atributos ligados aos gêneros indicam meios pelos quais a regulação binária da sexualidade hegemônica limita a multiplicidade subversiva das identidades de gênero que tentam romper com a hegemonia heteronormativa. Segundo a teórica feminista Monique Wittig (1985, p.4), “o gênero não somente designa os sujeitos, os qualifica, mas constitui uma episteme conceitual mediante o qual o gênero binário é universalizado”.

É, portanto, partindo dessa tendência de caracterizarmos o gênero de forma binária que tecerei uma tentativa de aproximação dos estudos de Butler com a concepção do que Pêcheux chamou de coerção lógica disjuntiva.

4.3 Coerção Lógica Disjuntiva: possíveis aproximações entre Butler e Pêcheux

Em *O Discurso, Estrutura ou Acontecimento*, Michel Pêcheux (1990) apresenta os espaços discursivos “logicamente estabilizados” que supõem que todo sujeito falante sabe do que se fala, a partir de uma aparente unidade de evidências lógico-práticas que ele nomeou de “*coerção lógica disjuntiva*” em que,

é impossível que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc (1990, p. 30).

É um processo, como afirma Pêcheux (1999), que repousa sobre uma “proibição” de interpretação, e implica o uso regulado de proposições lógicas do tipo verdadeiro ou falso, com interrogações disjuntivas (é x ou y). Há, também, em seu interior constitutivo, “a recusa de quaisquer aspás de natureza interrogativa, que deslocariam as categorizações” (PÊCHEUX, 1999, p. 31). Supõe-se que todo o sujeito sabe do que se fala porque as propriedades estruturais tratadas, se inscrevem em uma descrição adequada do universo, que unifica aparentemente os espaços discursivos a partir de evidências lógico-práticas de caráter geral.

Pêcheux constata que esta homogeneidade lógica é atravessada por uma série de equívocos,

tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente, mesmo, e talvez sobretudo, aqueles que se acreditam “não-simplórios”: como se esta adesão de conjunto devesse, por imperiosas razões, vir a se realizar de um modo ou de outro (PÊCHEUX, 1999, p. 32).

O sujeito pragmático face às diversas urgências de sua vida, tem por si mesmo uma impiedosa necessidade de homogeneidade lógica, e esta é, portanto, uma necessidade que encontra sua origem na vontade de um mundo normatizado por meio

de pares que se enredam “em torno do mesmo jogo dominação/resistência”. (PÊCHEUX, 1990, p.35).

Da mesma forma, Butler (2010), afirma que a lógica ocidental opera através de binarismos. Ela baseia-se em Derrida que em sua tese desconstrutivista, estabelece que essa lógica poderia ser abalada através de um processo desconstrutivo que revertesse, desestabilizasse e desordenasse esses pares. A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação desses polos, trabalhando para mostrar que cada polo, na realidade contém o outro, de forma desviada ou negada. Tal abordagem propõe que compreendamos a heterossexualidade e a homossexualidade, por exemplo, como categorias interdependentes e mutuamente necessárias, uma vez que a afirmação de uma identidade implica necessariamente a demarcação e a negação do seu oposto, que é entendido como a diferença. Essa diferença, no entanto, é também constitutiva da identidade do sujeito. Nessa ótica desconstrutivista, então, o objetivo é demonstrar a mútua implicação dos opostos para que se passe a questionar os processos pelos quais alguns termos se estabilizam como “naturais” ao passo que outros não.

Poderíamos, então, pensar na perspectiva da lógica disjuntiva qual o par de gêneros inteligíveis estariam ideologicamente estabelecidos? Os gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, e, é por meio da heterossexualidade como forma de desejo hegemônico que há a produção de oposições assimétricas entre *feminino* e *masculino* pensados como atributos de *fêmea* e *macho*.

Nessa perspectiva, uma pessoa identifica-se com um gênero na medida em que não se identifica com o outro gênero, pressupondo e impondo a restrição do gênero ao par binário, logo, fazendo desta a coerência interna de quaisquer dos dois gêneros, homem ou mulher, e produzindo, com isso, um efeito de sentido que supõe o modelo da heterossexualidade como uma sexualidade estável. Em Butler (2010) vemos que,

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos opacionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de

seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (2010, p.45-46).

Paradoxalmente a essa naturalizada e compulsória concepção de identidade, seriam as identidades trans (identidades ininteligíveis a partir deste ponto de vista) consideradas impossibilidades de gênero já que as convenções linguísticas que produzem e estabilizam as características dos gêneros inteligíveis encontram seu limite na divergência das regras que pressupõem sexo/gênero/desejo como uma estrutura lógica? Ou, contrariamente, não seria a própria emergência das identidades trans que desestabilizaria o caráter homogêneo e estável que as identidades cis-gênero propõem ao encobrir o caráter performativo do gênero?

Acredito que seja por meio da replicação de saberes heteronormativos também reiterados pelas identidades não normativas que as noções referentes à inteligibilidade dos gêneros estabelecem aqueles considerados *normais* e aqueles considerados *desviantes* e *abjetos*. A aparente unidade do gênero é efeito de práticas de poder que buscam, além de regular, uniformizar a identidade do gênero pela via hegemônica. Assim,

Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais (BUTLER, 2010, p. 59).

Ciente de que o gênero é uma repetição estilizada do corpo e dos atos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida que tem por finalidade produzir a aparência de uma classe *natural*, posso supor a possibilidade de existência de um outro tipo de saber que propõe romper com a ordem lógica da estrutura binária, uma vez que tal estrutura é sempre considerada como ficção reguladora que consolida e regulariza regimes de poder heteronormativos. Romper com a estrutura binária de gênero significaria, então, a possibilidade não só da existência, mas também da inteligibilidade das identidades de gênero desviantes da norma.

Para melhor esclarecer essa aproximação, minha proposta é de pensar que, de certa forma, a lógica disjuntiva propõe o mascaramento da condição performativa do gênero. Assim, o reconhecimento do gênero como uma estrutura binária no qual o par *homem* e *mulher* se estabelece como *natural*, certifica que os investimentos da norma hegemônica sobre as identidades de gênero, estejam elas identificadas com

formações discursivas hétero ou homonormativas, sigam o seu curso esperado sem que este seja, de qualquer forma, contestado.

Efeito de fechamento

Pisar no terreno do discurso para pensar o gênero foi e está sendo um desafio. Aventurar-me na tentativa de imbricar os dois campos de estudo e aproximá-los, falar de suas lacunas, brechas e falhas, proporcionou-me a possibilidade de pensar a relação de poder que existe no jogo entre opacidade e transparência da língua. Proporcionou-me, também, atravessar o espaço tenso das relações sociais na produção de sentidos, possibilitando-me pensar o gênero e a forma com que a norma nele investe. Esse investimento, diz respeito à produção das identidades em conformidade com a noção hegemônica de identidade de gênero, o que encobre o caráter performativo que lhe é constitutivo.

A fim de propor, um efeito de fechamento para este trabalho, retomo alguns pontos que julgo importantes desta dissertação:

1. A ideologia e a cultura na interpelação do indivíduo em sujeito de discurso:

A partir de Althusser (1970), sabemos que a ideologia interpela indivíduos em sujeitos para que este se entenda livre, e, livremente se submeta às ordens do Estado, sofrendo cegamente sua sujeição. Pelo viés do esquecimento nº2, o sujeito não se percebe pela ideologia assujeitado, pensando-se livre e “evidente”. Assim como o efeito de evidência do sujeito, a ideologia também produz o efeito de evidência do sentido, ou seja, o sentido não existe em si mesmo, ele é determinado a partir de posições ideológicas que estão em jogo nos processos de significação.

Assim como a ideologia, a cultura também é constitutiva dos sujeitos. Isso não quer dizer que possamos tomar a ideologia pela cultura ou vice-versa. Ao contrário, “a cultura está enredada pela ideologia” (FERREIRA, 2016, p.141).

A ideologia, nessa perspectiva, vai determinar os sentidos de uma cultura, e esta última, por sua vez, funcionará de modo semelhante à ideologia na produção de uma ilusão de unidade e de pertencimento através de práticas e rituais a serem assimilados e reproduzidos.

Tornou-se necessário entrar no campo da cultura neste trabalho, por influência dos estudos de gênero. Como todos os teóricos de gênero trabalhados nessa dissertação desenvolvem a partir de Foucault, nenhum deles trabalha com a ideologia como constitutiva do sujeito. O paradoxo, a meu ver, é que unanimemente todos trabalham com a noção de cultura e com seu caráter imprescindível na constituição dos sujeitos.

Foi graças as considerações de Leandro Ferreira que se embrenhou nos estudos da cultura por um viés discursivo, que pude estabelecer tais relações no meu trabalho. Durante minha abordagem, penso como a cultura e a ideologia trabalham para naturalizar o que entendem por “verdadeiro” em relação aos gêneros.

Butler (1999, p.111) afirma que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta”, por isso, tanto a cultura quanto a ideologia precisam constantemente reiterar as normas regulatórias dos gêneros. É só por meio da reiteração, da repetição, que temos nossos gêneros “legitimados e assegurados”, caso contrário, eles deslizam.

2. A repetição como categoria discursiva e de gênero:

É a partir da concepção de que o discurso sempre se conjuga com outro discurso prévio que a teoria discursiva associa a produção de sentido com a relação de paráfrase. Segundo a teoria discursiva, as palavras significam pela história, portanto, o já-dito está sempre sendo (re)significado.

De acordo com Grantham,

o “já-dito” tem estreito relacionamento com a noção de repetição, e é fundamental para que possamos compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e com a ideologia (2001, p. 50).

Desse modo, o reconhecimento da palavra se define pela repetição, e a cada nova ocorrência dessa unidade, são fornecidos novos contextos que contribuem para a construção de sentido.

É importante, ao tratar de repetibilidade, trazer à tona a noção de paráfrase e de polissemia. Orlandi (1999) afirma que a paráfrase está relacionada com a estabilização de sentidos, ao passo que na polissemia temos o deslocamento, a ruptura de processos de significação. É partindo desta colocação que procurei estabelecer um diálogo entre a repetibilidade em AD e a repetibilidade de atos performativos de gênero.

Para começar, discorri acerca dos saberes hegemônicos sobre as identidades de gênero. Estes são saberes sócio-historicamente estabilizados que dão a impressão de que os gêneros são categorias estáveis e verdadeiras porque neles são investidas características que devem ser reiteradas e repetidas o tempo todo, incessantemente.

A meu ver, se a noção de gênero se torna “estável” somente por meio de uma regularidade de repetições, denota-se o caráter frágil e inseguro dessa categoria. A performance da travesti, nesse sentido, brinca com o gênero que está sendo performado, pois, por mais que ela (re)produza uma imagem unificada de “mulher”, ela escancara os falsamente naturalizados aspectos da experiência de gênero.

Para finalizar esse subtítulo, propus uma correspondência entre os dois campos de estudo com os quais trabalho nesta dissertação: se possível for estabelecer uma relação direta entre a AD e os estudos de gênero, afirmo que o “processo parafrástico de gênero” mantém o gênero conformado com a heteronorma, ao passo que o “polissêmico” rompe com a estrutura binária e propõe uma outra forma de significação.

No capítulo 4, quando apresento meus gestos de análise a respeito das designações, procurei estabelecer uma relação com os efeitos de sentido produzidos, quando o sujeito entrevistado mobilizava as designações: *homem*, *mulher*, *travesti* e *homenzinho*.

Com base em Guimarães (1995) defini as designações como “nomes responsáveis por instalar com lugar de estabilidade referencial um sentido pelo apagamento de outros”. Essa relação de referência é instável, pois é produzida pelo cruzamento de diferentes posições-sujeito.

Segundo o autor, é o interdiscurso, enquanto memória, que promove o funcionamento das designações, portanto elas estão longe de ser estáveis. Assim, durante as análises verifiquei que a designação “homem”, no discurso do sujeito da pesquisa, encontra-se ligada a referentes que promovem um juízo de valor positivo em relação às demais designações. Contrariamente, as designações “mulher” e “travesti” carregam modos de referenciá-las notadamente pejorativos e depreciativos.

Verifiquei também, um movimento de contra-identificação do sujeito do discurso em relação à identidade de gênero que anteriormente encontrava-se identificado. Tal gesto interpretativo foi mobilizado a partir da observação do processo de formação do diminutivo por sufixação –zinho ligado à designação *homem*. A partir do referente homenzinho, o discurso do sujeito entrevistado produziu um efeito de sentido que desqualifica e atribui características desvantajosas à identificação de gênero ao qual estava filiado.

Observei, portanto, que tanto as formas de referencialidade quanto os atributos ligados aos gêneros mostram os meios pelos quais a regulação binária da sexualidade hegemônica limita a multiplicidade subversiva das identidades de gênero que tentam romper com a hegemonia heteronormativa.

Logo, partindo da tendência de caracterizarmos o gênero de forma binária foi que procurei estabelecer uma possível aproximação entre os estudos de Butler e o que Pêcheux caracterizou de *coerção lógica disjuntiva*.

Segundo Pêcheux (1999), este é um processo que implica o uso regulado de proposições lógicas e do tipo *verdadeiro ou falso* com interrogações disjuntivas do tipo *é isso ou não-isso*. Neste processo, supõe-se que todo o sujeito falante sabe do que se fala a partir de uma aparente unidade de evidências lógico-práticas de caráter geral. Para o autor, essa necessidade de disjunções e categorizações lógicas é um equívoco, pois a falsa homogeneidade das proposições da língua é desvelada na própria língua, afetada pelo real. Apesar do desejo de completude que guia o sujeito constantemente, a incompletude, própria desse sujeito, acaba por vir à tona sob várias formas marcadas no discurso.

Nesse mesmo sentido, Butler (2010), ao questionar o funcionamento da lógica binária propõe que passemos a pensar a mútua implicação dos opostos para que

possamos indagar os processos pelos quais alguns termos se estabilizam como “naturais” enquanto outros seguem marginalizados.

Tendo como objetivo neste trabalho verificar se o discurso do sujeito trans se encontra plenamente identificado com a norma hegemônica, ou se está, de fato subvertendo hetero-saberes, parto da retomada das configurações das formações discursivas que propus durante o trabalho, juntamente com as questões levantadas até aqui, para dar um efeito de conclusão a este trabalho.

Para que as análises pudessem ser efetivamente feitas, procurei estabelecer a configuração de três formações discursivas para vislumbrar o processo de identificação desse sujeito trans.

Primeiramente levei em conta que o processo de interpelação ideológica é um processo sempre-já gendrado, que tende a atender as “necessidades” da ideologia hegemônica heteronormativa. Isso quer dizer que desde sempre somos interpelados a estabelecermos nosso sexo, nosso gênero e nossa sexualidade de forma que não nos desviemos do padrão. Em vistas disso, propus a configuração da primeira formação discursiva: a heteronormativa. Observei no discurso do sujeito da pesquisa a presença de saberes que concernem à FD heteronormativa, porém, por se tratar de um sujeito desviante, que ora se coloca no discurso de forma subversiva, propus a configuração da segunda formação discursiva, a qual considero que Bill esteja plenamente identificada.

A formação discursiva homonormativa advém, na minha suposição, da FD heteronormativa através de um processo higienizador do sujeito desviante. Dentro dessa FD, estariam sendo (re)produzidas configurações sobre as sexualidades e sobre os gêneros que colaboram na legitimação e na expansão do poder do Estado, em nome de um reconhecimento da “diversidade sexual” dentro dos limites da ordem social. Ou seja, é permitido saberes desviantes da norma dentro de certos padrões de inteligibilidade e higiene.

Penso, também, que essa formação discursiva homonormativa se contraidentifica com os saberes hegemônicos da heteronorma. Assim sendo, a norma abre brechas para que a desviemos, porém, essas brechas estão previamente delineadas pelo sistema, de forma que aqueles não plenamente identificados com

uma formação discursiva heteronormativa não conseguem dela por completo escapar, estando identificados, por assim dizer, com uma formação discursiva oriunda da hegemônica. Contudo, a contraidentificação do discurso do sujeito trans com uma FD heteronormativa promove, segundo os gestos de interpretação que mobilizei ao longo do trabalho, um efeito de sentido que revela o caráter instável até mesmo daquelas identidades de gênero que se (con)formam à norma hegemônica.

Por fim, caracterizei também uma formação discursiva *Queer*, formação essa que estaria, de fato, rompendo com a norma. Todavia, a partir da observação das seqüências discursivas analisadas e da não filiação do discurso do sujeito trans com tal FD, penso que por sermos, desde sempre, submetidos a uma interpelação ideológica sempre-já gendrada que atende a saberes heteronormativos, a perspectiva de que, de fato, possamos vir a romper com os hetero-saberes, e, conseqüentemente, com a lógica binária se constitui em algo que, infelizmente, não vislumbro possibilidade. Nesse sentido, a ideologia heteronormativa reverbera dentro do discurso de sujeitos trans, bem como produz corpos assujeitados à lógica do sistema binário.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- AUSTIN, John L. **How to do things with words**. New York: New York Press, 1965.
- BURGOS DÍAZ, Elvira. **Desconstrução e subversão**: Judith Butler¹. Madrid: Antonio Machado Libros, 2008.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of sex. New York: Routledge, 1993.
- _____. Como os corpos se tornam matéria: entrevista. **Estudos feministas**, vol. 7, nº 1-2, Florianópolis, 1999a, pp.155-167.
- _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira. **O corpo educado**: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. **Cuerpos que importan**. sobre los limites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós. 2002.
- _____. **Excitable Speech**: a politics of the performative. New York: Routledge, 1997.
- _____. Gender as performance. an interview with Judith Butler. **Radical Philosophy**, n.67, 1994. p. 32-39 (Interview with Peter Osborne and Lynne Segal).
- _____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da realidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte. Autêntica, 2015.
- _____. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: Ed. UFSCar, 2009.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

ERNEST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição /interpretação do corpus discursivo. In: SEAD IV, 2009. **Anais...** 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>.

GRANTHAM, Marilei Resmini. **Da releitura à escritura**: um estudo da leitura pelo viés da pontuação. Tese(doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

LAGAZZI, S. A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia. In: **REDISCO** v.2, n.1, jan./jun. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.

MUTTI, Regina Maria Varini. Assim...assim...dizem os alunos. **Linguagem & ensino**, v. 3, n. 1, 2000. p. 11-26.

MITTMANN, Solange. **Notas do tradutor e processo tradutório**: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2003

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. A natureza e os dados: a constituição histórica de um modelo de pesquisa e de campo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 27, jul./dez. 1994. p. 47-57.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T(Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

PINO, Nádya Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, n. 28, jan./jun. 2007. 149-174

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **D.E.L.T.A.**, v. 23, n 1, São Paulo, 2007. p.1-26.

RAMOS, Thaís Valim. **O sujeito entre culturas**: o espaço da diferença no encontro com o outro/Outro. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

_____; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Para além de rituais de costumes: o que podemos dizer em análise do discurso? **Estudos da Língua(gem)**, v. 14, n.12, 2016. p. 139-154.

SEIDMAN, Steven. Deconstructing queer theory or the under: theorization of the social and ethical. In: NICHOLSON, Linda; SEIDMAN, Steven (Orgs.). **Social postmodernism. beyond identity politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 116-141.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. 2000. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20-%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf>

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

WITTIG, Monique. The mark of gender. **Feminist Issues**, v.5, n.2, 1985.

ZOPPI-FONTANA, Monica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: ed. Sagra-Luzzatto, 1999.

_____. Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, v. 12, n. 18, 2017. p. 63-71

Anexos

ANEXO A - ENTREVISTA BILL

B: Família, ótimo.

E: Me conta como é a tua família.

B: Olha, em relação à família, assim ó, hoje a minha relação é mara. Ou seja, se melhorar estraga. Mas por que isso? Para eu chegar a esse ponto de hoje, acontece o seguinte, passei um bocado que não foi pouco. Foi muito preconceito, principalmente, nem foi tanto na época da minha infância, mais da minha adolescência para a parte mais adulta.

E: Isso lá em Canguçu?

B: Sim, lá em Canguçu. Por que? Porque em Canguçu conheciam o Billzinho. E inclusive agora eu recebi, essa semana eu postei uma foto no face e uma pessoa que conhecia o Billzinho ela pegou e ficou passada e me mandou uma mensagem e disse “Billzinho, eu conheci aquele menino pequenininho e magrinho, hoje estas lindo. Não sei nem se eu te chamo de lindo ou de linda”. E eu respondi “não, tu podes me chamar do que tu preferir, eu não me importo de maneira alguma”. Mas agradei pelo lindo, pois eu não acho, mas tudo bem...

B: Aí acontece o que? Ela conheceu o Billzinho, então naquela época, eu tinha o meu jeito, mas eu era, ainda era o Billzinho. Não sofria preconceito. Porque eu acho que criança e aquela coisa toda...até os meus 13, 14 anos não. Depois com uns 15, 16 eu comecei já, a ser no caso, a ter uma vida...eu não me interessava por meninas, ter uma vida assim.. O meu pai mesmo, o meu pai quando faleceu eu tinha 19 anos de idade, então, o meu pai faleceu sem saber ou não quis acreditar. Porque o meu pai era doente em casa e os meus primos mais velhos iam lá e diziam pra ele que eu tava me envolvendo com lésbicas, gays e tudo mais. Aham, fazia sucesso. E eu negava

até a morte. E o meu irmão também chegava no colégio e dizia “ai Bill, tu estás te juntando com um pessoal meio estranho né...” e eu “olha, eu não sei, pra mim não é estranho coisa nenhuma, são pessoas e são meus amigos”. Sempre falei isso. A minha irmã muito preconceituosa também. Com a minha mãe eu já não moro desde os 12, porque a minha mãe e o meu pai eram separados e morávamos todos com o pai.

E: O que já é diferente né Bill?

B: Já é diferente. Só que o meu pai era mais, ele era bem mais velho e já era um senhor. Quando o meu pai teve o primeiro filho o meu pai já tinha 54 anos e a minha mãe tinha 19. Então eles tinham 35 anos de diferença. Então eu já me criei em um meio totalmente bem delicado. E aí quando o meu pai faleceu eu tinha 19 anos já não morava com a mãe, aí eu comecei a ter uma vida por conta. Aí foi quando eu, pô, eu tenho que pagar minhas contas, não tinha dinheiro, não tinha nada, nós não tínhamos condições financeiras, meu pai pegou e faleceu e eu comecei a trabalhar no comércio. Aí eu fiquei 5 anos trabalhando em uma loja, com carteira assinada e eu era O Billzinho. O pessoal comprava comigo e tudo mais, sem preconceito, mas quando eu comecei mesmo a ver que eu queria mais, que não era aquele Billzinho que eu queria, sabe?! Aí eu vim morar em Pelotas. Através de um amigo meu que pegou e disse “Bill, vem morar em Pelotas”, o Anderson né. Bem, viemos. Fiz o curso de cabeleireiro que a minha cunhada, casada com o meu irmão, ela disse “Bill, tu vai dar para cabeleireiro” e aí foi. E aí quando eu comecei a fazer o curso eu me identifiquei e consegui ser eu mesmo na profissão, com o meu jeito, comecei a conviver mais com os meus amigos e a família eu convivia mais uma vez por semana uma vez por mês. Mas nunca perdi o vínculo familiar. A base que tive na minha vida foi meu vínculo familiar. Se eu não tivesse essa base, não teria como. Aí uma coisa interessante também que eu acho foi que quando eu comecei a trabalhar por conta eu consegui ser eu mesmo. Porque eu acho que a gente tem que ser a gente mesmo pra saber respeitar as pessoas, respeitar o espaço das pessoas. Então eu sempre soube na hora de me comportar de me vestir, aquela coisa de respeitar os clientes e outra coisa interessante também é que quando eu quero me montar e sair no carnaval as clientes adoram, elas ficam esperando e ficam loucas, ou seja, querem ver. Eu acho que elas gostam de uma coisa, elas gostam do enigma, ou seja, elas gostam porque elas não veem no dia-a-

dia, aí elas acham lindo, porque elas não me veem no dia-a-dia assim. Hoje até elas estão muito mais acostumadas com o meu jeito feminino do que masculino, porque se eu mudar e ficar mais masculino elas ficam passadas. Os dias que elas me olham com um pouquinho de barba elas ficam apavoradas. E o interessante é que a minha mãe, a gente teve, agora, depois de mais velho, passaram-se os anos e a gente tá com uma relação muito melhor.

E: E tu e a tua família já entraram em algum conflito por causa do teu jeito ou da tua sexualidade?

B: Não. Nunca. Inclusive pra minha mãe eu posso chegar de barba, de cavanhaque, de cabelo comprido, de batom do que for e ela nem pergunta nada. Nada. Então a minha mãe, ela é muito simples, e por eu ser assim, homossexual, ela acha que a gente é frágil, mais sensível, mas não é! Em relação aos outros filhos tem uma proteção. Ela acha que pelo preconceito, por tudo que a gente passa, mas só que não é. Na realidade nós não somos tão sensíveis assim. Bem pelo contrário, porque a gente acaba passando por tanta coisa que não sei se outras pessoas conseguiriam suportar o que a gente suporta. Porque inclusive a parte do homossexual, da homossexualidade, tem sempre um tabu e vai ter sempre um tabu. Porque é muito lindo a trans e o gay cabeleireiro ou vizinho, mas não quando ele tá na família da gente. Ninguém quer um filho gay, nem eu gostaria de ter um filho gay ou travesti. Se fosse, eu aceitaria com o maior amor do mundo, mas pelo preconceito que existe, jamais eu diria que gostaria de ter um filho gay. Jamais eu posso dizer isso. E também não quero que ele seja hetero, eu quero que ele seja feliz, porém, se eu pudesse escolher, e se não existisse o preconceito, eu acharia lindo ele ser travesti e transexual. Se não tivesse o preconceito.

E a gente nunca vê um médico trans porque as trans não estudam, elas não têm oportunidade. Aí o que acontece? Elas não estudam, elas não têm oportunidade e não se dão oportunidade, porque é muito mais simples tu não teres nem o primeiro grau e ser cabeleireira. Têm muitas que são graduadas, pós-graduadas e que viraram cabeleireiras por opção, porque se identificaram com o trabalho e com tudo. Mas na realidade é falta de opções. Em relação aos estudos eu nunca tive uma base familiar. Eu tive uma base familiar mas eu sempre fui muito livre, proibido eu nunca fui. Nunca me obrigavam a estudar, inclusive no dia de chuva o pai dizia meu filhinho, tá muito

frio não vai hoje, coisa mais querida, sabe?! Um amor e eu adorava, então, eu nunca estudei muito. Eu tenho só segundo grau, até então. Mas eu estudei até aí porque eu quis. Eu fui sempre muito livre, mas a base familiar ajuda porque meu pai era muito direito, entendeu? Na minha família, todos eles eram, então tudo isso ajudou mas a minha cabeça foi meu guia. E hoje em dia, minha relação com a minha família é muito melhor que antes, porque eles me respeitam, na verdade nem é questão de aceitar. Eles me respeitam porque eu tenho a minha independência financeira. E até então o que eu posso fazer por eles eu faço e eles também por mim, porque a coisa não é só financeira. Então eles acham lindo por eu ter vencido, pela maneira da onde eu vim. Então eu tenho a minha profissão, já tenho a minha moradia e isso é uma coisa gratificante pra gente, é o que faz que a gente esteja....E aí que a maioria não têm, aí ninguém respeita, aí não tem como respeitarem porque elas não fazem por onde, não têm oportunidade, mas também não se dão oportunidade.

E: E tu tens sobrinhas, né?

B: Sim, tenho duas sobrinhas, uma que eu sou padrinho, ou madrinha, a louca! Bem, ela me chama de dindo e até então é dindo pra ela, morou comigo quando a minha irmã se separou, dos 4 aos 7 anos dela. Nós somos muito amigos e ela sempre me tem assim, me liga, a gente têm contato, meu irmão tem uma filhinha pequena também.

E: E se um dia a tua afilhada resolver que é um afilhado?

B: Ah, aí acontece assim ó, aconteceu um fato, que chamaram a minha irmã no colégio, pois ela estava trocando carícias com a coleguinha. Isso ela tinha 11 anos. Ignorância das professoras. E aí a minha irmã foi ao colégio, lógico, e me ligou na mesma hora pra perguntar o que eu achava porque até então eu poderia dar para ela um apoio. Aí o que é que eu fiz? Eu disse, Vera, que é a minha irmã, eu disse para ela, Verinha, não toca para a tua filha esse nome, que te falaram que estava acontecendo isso no colégio. Não toca nisso para a tua filha, nesse aspecto de namoro ou troca de carícias com a menina. Jamais. Por que? Se tu proibires ela de tudo, até quando ela perder a virgindade ela não vai te contar. Tu vais perder tudo. Tu vais forçar, tu vais proibir. E outra coisa, hoje em dia, parece que virou modernismo as pessoas não saberem o que querem ser, menino ou menina. Tu vais ter que saber

lidar com isso, eu falei pra ela, é uma outra geração. Não é como a gente que era apontado e parecia que iam matar. Não, hoje choca, choca, vai chocar sempre. Mas tem imprensa, tem a mídia e já estão sabendo como lidar com as transgêneros e com a parte da homossexualidade e tudo mais.

E: E por que tu achas que choca?

B: Choca ainda porque assim ó, tu nasceu, tu foi preparada para ser avó, tu vais ser avó, tu vais ser isso, vai ser aquilo. Entendeu? Isso é a lei da vida, só que não quer dizer que se tu és homossexual tu não possas ter um filho também. Só que até então as pessoas acham que não. Acham que o gay não pode ter filho. A primeira coisa que levam na cabeça é que o gay não pode ter filho. Não é assim, porque o gay querendo ter filho pode ter filho, pode adotar, é família igual, para mim é família igual, não precisa vir meu, assim, geneticamente, sabe?! Mas a criança, o afeto, o amor é um filho igual. Mas até então as pessoas acham que gay nunca vai ter família.

Bem, até então, não deixam de estar totalmente errados, porque a parte homossexual, eles são, querendo ou não, em sua grande maioria, são mais sós, sozinhos. A mulher também está mais só do que antigamente, pela independência financeira. E o gay quanto mais independente for também vai querer ter aquela vida mais só. E a família até então ama essa independência, assim, quando o gay sai e é bem sucedido. Mas se ele não é bem sucedido, aí é complicado... e se ainda ele é gay, pobre e negro, coitado. Infelizmente é assim sabe?! Então a coisa complica e a gente tem que fazer por onde para ter o respeito de alguém.

Então assim ó Laurinha, a família é estrutura no início, no meio e no fim. Todos os conflitos vão ter em família, o bom é tu não morar com eles. Eu posso dizer que a minha família para mim é tudo e até então eu posso aparecer como for que a minha mãe principalmente e os meus irmãos...eles vão... o preconceito está mais em mim do que neles. Hoje em dia eles ficam esperando, a minha irmã ainda diz "Bill, lembra!", tipo "acorda, Alice", sai aí de dentro. Porque eu vou para Canguçu como o Billzinho do passado ainda, não como a Bill de Pelotas. Eu vou para Canguçu e nem o cabelo eu solto, não me maquio, porque eu acho que vou chocar. E eu não quero magoar ninguém, nem chocar ninguém, mas é bem complicado. E acho que é por isso que eu ainda não me...acho que até os meus 40 anos, se Deus quiser nos meus 40 anos no

ano que vem eu vou me decidir bem o que é que eu quero. Não é a questão de trocar de sexo, não é a questão de botar peito... é dentro de mim, é de eu me aceitar bem, porque até então a minha aparência é totalmente trans. Eu posso estar vestido assim como eu to, de camisa masculina, de calça masculina, mas tu estás vendo que não é um homem. Mas também não é uma mulher, é uma trans. Travesti não chega a ser tanto, é um trans assim, sabe?! Então eu sou, mas dentro de mim ainda tem o bloqueio das duas partes. Mas eu acho que eu já mudei muito muito muito neste ano.

Porque é muito mais fácil quando a gente é bem novinha do que quando a gente fica mais velha. Eu nunca tomei hormônio, Laurinha, nada. Mas eu sei que é o hormônio que faz com que elas fiquem mais femininas. Só que dá problema em todo o corpo depois, diz que passa até por distúrbios de humor. Por isso também que eu nunca tomei hormônio e nem vou tomar hormônio, mas principalmente porque eu me aceito e me adoro como eu sou. Mas se eu tiver que um dia fazer um nariz, aumentar um lábio, tirar uma barba, um só ponto, porque eu gosto assim, mas eu não quero ser mulher, tem umas que querem ser mulher, aí é diferente. Elas querem se olhar no espelho e se ver mulher, eu não. Eu adoro é me ver traveca, adoro me ver travesti. Adoro ser drag ou ser o que for. Só que as pessoas têm muito preconceito porque acham que toda a travesti tem que ser feminina, acham que toda trans tem que ser feminina... não. De maneira alguma, tu tens que ser o que tu és. Feliz como tu és. Se tu és mais gordinha ou mais magrinha, tu tens que te sentir bem. E é sobre essa aceitação que a cada dia que eu acordo eu estou me aceitando um pouco mais. E agora, com a transição da minha vida, que eu mudei, não estou mais trabalhando no salão, estou trabalhando em casa, estou muito feliz com essa nova vida, estou muito mais realizada, muito mais dona de mim e agora que eu vou começar a estudar.... porque eu tenho experiência em muitas áreas né.... eu tenho experiência na área de cabelo, na logística e na área da prostituição né. Eu já vivi de um tudo. Então eu posso dizer que eu sou um sobrevivente da época. Bem a realidade sabe?! Sou um sobrevivente da época, porque eu desde que me conheço por gente eu sou gay. E fui sobrevivente porque eu quis. Conteí com sorte e com Deus, lógico, eu digo que eu tive muita sorte sempre, porque pessoas boas sempre passaram por mim, só que muita gente não aproveita tais oportunidades... Mas por exemplo, eu não aceito certas coisas...eu não admito um homem me bancar, Laurinha. Eu não admito por exemplo, uma família me dar as coisas e eu ficar de pernas pro ar... mas aí eu pago um preço

alto por isso, porque tudo é mais difícil. Porque tudo que eu tive e que eu conquistei foi com o suor do meu trabalho, com meus méritos, nunca passei por cima de ninguém. Nunca roubei, sabe, Laurinha.

E: E tu convivia com drogas e álcool?

B: Todos os meus amigos, Laurinha. Todos. Inclusive eu fazia parte do banquete né. Nunca gostei de maconha. Eu não gosto porque além da dependência psicológica, olha, eu não to dando moral pra ninguém, sabe?! Mas além da dependência psicológica ela também dá uma dependência química. Usar maconha na adolescência é um crime, porque começam com 12, 13 anos e quando estão com 30 estão completamente dependentes, causando danos irreversíveis no cérebro porque o cérebro do adolescente está em desenvolvimento, então entre um adulto de 40 anos começar a usar e um de 15, o adulto terá muito menos danos do que o adolescente. Eu fumei durante um ano, um ano e pouco porque eu tinha umas amigas que moravam comigo e que fumavam. Elas fumavam sempre, sabe?! Eu acabava fumando junto, mas eu vi que aquilo não me fazia bem. Se eu tinha que pagar uma conta no centro na segunda-feira que era a minha folga, eu pensava “não, eu pago na outra então”, e assim eu ia empurrando a vida, Laurinha. E outra coisa, se eu beber eu bebo ou na sexta ou no sábado, eu não gosto de beber durante a semana, não gosto mesmo, mas tem outro porém: cocaína... o pó. Os meus amigos quase todos já usaram, Laurinha. Todos os meus amigos já gostaram. Uns usam até hoje, já usaram, eu mesmo já usei com eles. Com alguns amigos que eu convivia e hoje já não convivo tanto. Já usei com clientes em motéis. Eu não comprava, Laurinha.

Assim, no meio da prostituição, independente de trans. No geral o homem botou uma droga na boca ele não é mais a mesma pessoa. O homem, pai de família muda. O pai de família já vai para o centro buscar uma travesti, ou ele vai buscar uma prostituta, aí ele já tem o outro lado. A droga transforma. A droga liberta o que tu és. Ela mostra a tua essência, assim como o álcool também faz. Então não tem essa de dizer que quem usa é só a prostituta, ou quem usa é a travesti. Não. Ele vai lá e leva. As vezes a travesti nem usa. Elas nem compram. Quem compra é o cliente.

Só que tem um “kit”, o cliente compra e usa uma vez no mês ou de dois em dois meses. A vulnerável tá ali e todo dia aparece um cliente com uma coisa diferente e ela que fica se detonando. Então aí é que pega.

Eu por exemplo nunca me viciiei, graças a Deus. E uma única vez eu usei o tal do doce aquele, eu não aconselho para ninguém. Laurinha de Deus, é horrível.

A gente tava numa festa, e eu tomei um envelopinho, eu enxergava lâmpada caindo, árvores se mexendo, farol rindo pra mim, tudo assim....um terror.

Bem, mas resumindo, droga se fosse ruim ninguém usava. Só que ela é muito instantânea, é muito momentânea, é na hora. Depois vem a depressão e o outro dia tu não encara. E na minha vida eu só consegui as minhas coisas, os meus objetivos porque até então eu nunca me viciiei, Laurinha. E eu acordo todos os dias as sete, sete e meia da manhã para trabalhar, Laurinha.

SEXO / SEXUALIDADE:

B: Sexo é o que eu faço. Independente de ser com homem, com mulher, o que for... isso no caso para mim é sexo, tá?

Mas sexualidade minha sempre foi muito a flor da pele desde muito novo. Eu tive sensações desde de muito jovem. Com oito, dez anos eu sabia que eu sempre gostei de homens. Já tinha a sexualidade a flor da pele. E geralmente aflora com a família, tá? Primos mais velhos um pouquinho, aquele meio tá? Só que sexo mesmo eu fui conhecer com 16 anos de idade. A pura, a louca a fina, hahaha.

Mas antes disso eu via meus primos se masturbando, porque homem gosta de fazer na frente uns dos outros. E eles já viam que eu era diferente então era um auê. Mas eu nunca tive uma relação de sexo antes.

Aí eu tive um namorado com 16 anos, foi aí que eu conheci o que era sexo, eu não sabia nem se era amor, nem se era paixão, porque eu não sabia, ele era mais velho do que eu... eu morei até com ele. Casa montadinha e tudo. Eu saia do colégio e ia pra lá. Bem faceira. Mas eu era bem homenzinho na época...até então: gay.

Aí eu comecei a conhecer o sexo e fui indo e gostei. Hoje eu tenho uma vida sexual super ativa. Eu acho que sexo faz bem. Independente com quem seja ou com quem

for, desde que as duas pessoas estejam de acordo, desde que seja uma coisa sadia, sexo é sexo. É o que faz bem para todo mundo... se não fosse o sexo nós não estaríamos aqui. Até podem ter outras maneiras de ter filho, mas o sexo é o sexo, o que te realiza, tu acorda bem, tu dorme bem. Agora se for pra fazer sexo forçado ou sexo com quem eu não sou a fim, eu prefiro não fazer. Quando a gente vai fazer, por exemplo, um programa, o que mais aparece é gente com quem tu não está a fim de fazer sexo. Geralmente os bofes são muito mais bonitos do que feios. Tu ficas até pensando, “poxa, tão pagando pra mim?”, isso quando eu fazia programa, né, Laurinha. São homens belos, mas o prazer deles é pagar por sexo. Não tem sentimento não tem nada, é sexo. E a sexualidade diz respeito a cada um, a minha eu sei, eu não sei da deles, não sei do que eles gostam.

E: E tu achas que se um homem faz sexo contigo ele é gay?

B: Não. Não é. Gay é aquele que morde a fronha pensando em homem no travesseiro. No meu ponto de vista, gay pode ser homem casado, pode ser homem solteiro, pode ser o que for. Independente do trejeito dele, gay é aquele que tem sentimento por outro homem. Gay é aquele homem, por exemplo, que chora por outro homem. Isso é gay. Se ele amou, ele é gay. Atração, tu podes ter atração por homem, por mulher, tu podes ser bi, mas gay não. Todo o ser humano por si próprio é bi por natureza, mas gay não. Então gay é o que sonha, o que pensa e o que se apaixona. É o que está com a mulher pensando em homem. Gay é o que faz sexo com a esposa pensando no outro homem. Mas só que tem uns que não, eles transam com homens e são gays, outros transam com uma travesti e não são gays. Porque até então, uma travesti não é um homem. Não tem como tu classificar uma travesti. Com peito, com silicone, com pênis. Se transou com uma travesti, não, ele não é gay... aí tu podes chamar de bi, do que for, mas ele não é gay. Os homens se atraem muito quando a gente tá montada. Eles até sabem se a gente tem peito ou não, eles são muito atinados. E eles preferem as que não têm. É fantasia deles. Eles querem usar as calcinhas da gente ainda por cima. Eu mesmo... já tiveram pessoas que eu saí que usaram as minhas calcinhas e não eram gays.

E: E tu já ficaste com mulheres?

B: Já fiquei com mulheres. Com casais. Já, mas não fico mais, não gosto mais. Já fiquei, faz mais de dez anos isso. Sou procurada por casais. As mulheres me olham e se atraem por mim mais que os homens delas. Aí elas querem que eu vá com elas, ou que os companheiros delas venham em mim. Nunca eu neles. Mas só que por debaixo dos panos a gente faz sem elas verem. É que os homens são tão machistas que com elas eles não são passivos. Junto com elas é muito difícil que sejam passivos.

Mas assim, se tem um casal numa festa ou num bar e o casal me olhou, não é ele que vai convidar a esposa para fazer comigo. É ela que convida ele para fazer comigo. E inclusive mulheres entendidas, lésbicas, já olharam para mim e disseram que pelo meu jeito eu deveria ser uma mulher. Assim, sabe, montada, como for...Porque é diferente, Laurinha, eu não sou totalmente feminina, nem totalmente masculina, eu sou uma coisa no meio termo. É curioso, é curioso. Então essa parte da sexualidade, se Deus quiser, eu quero ser bem definido com o que eu vou ser. Mas o meu sexo é bem resolvido, pois eu sei bem do que eu gosto. Independente de eu estar de salto alto, ou de tênis, eu sou eu.

ESCOLA E ESTUDO:

E: Eu fiquei emocionada quando soube que estavas indo pra faculdade. Sabe?! Eu penso que não deve ser fácil pra ti, sofrer um monte de preconceito e mesmo assim batalhar...

B: É Laurinha, obrigada. Mas eu sou respeitada pois eu não sou invasiva, não sou vulgar e não gosto de bandalheira e nomes pejorativos perto de pessoas e de clientes. Tu nunca vais me ouvir falando algum palavrão, por exemplo. Isso não é de mim, eu não consigo. E muito menos mandar uma pessoa longe, nunca! Não tem porque, não gosto. E isso vem lá da minha base. Meu pai nunca foi de falar nomes, minha irmã também não falava.

Mas em relação à escola... entre o primeiro e o segundo grau, até metade do segundo grau eu fui normal. Sempre o Billzinho. Na metade do segundo grau para adiante, depois eu acabei terminando algumas matérias no supletivo, eu já comecei a sentir preconceito com os colegas porque achavam que eu já era diferente.

E: Aé? E que tipo de preconceito era?

B: Quase mulher. Eu de cabelinho curtinho andando de roupa de homem me chamavam de quase mulher. Quando eu chegava na aula eu só ouvia “chegou a quase mulher”. Olha, eu penso que era um preconceitinho leve.

Quando eu tirei a minha habilitação, a minha carteira de motorista que eu já tenho há uns 5 anos, eu chegava na aula e ouvia os abobados lá do fundo gritando “Shakira”. E eu bem bela crespinha na frente, eu tinha meu cabelo cacheado na época. Mas não foi uma coisa agressiva, sabe?! Eu fazia algumas perguntas e os ignorantes lá atrás quase morriam rindo, gritando “Shakira” isso ou aquilo. Aquela piadinha que eu ouço na rua também: “Xuxa”. Mas para mim isso é até elogio né... eu adoro. Eu levo na esportiva. Porque se eu não quisesse levar na esportiva, eu cortaria o meu cabelo bem curtinho e usaria barba e bigode. Mas isso não é para mim, então eu prefiro passar pelo que eu passo porque estou sendo notada. Inclusive eu vinha vindo há alguns dias do banco, eu vinha com o celular na mão, e quando eu olho para a frente, o caminhão da prefeitura fazendo uns buracos com uns 10 ou 15 homens trabalhando. Eu gelei. Eu pensei “agora vai ser um auê”. Não foi auê nenhum. Largaram as pás e ficaram mudos, porque eu passei fina e elegante, e peguei o celular como se eu tivesse falando com alguém e passei reto, na minha. Não falaram nada porque eu passei na minha, não fui nem um pouco bagaceira. Mas as vezes eles falam umas piadinhas as vezes, mas eu não me importo de maneira nenhuma. Eu não me importo porque isso é sinal de que a gente é bonita e é gostosa. Porque se é uma rafu, uma feia, ninguém nem olha.

E justamente por isso que eu nunca consegui furar a fila de ônibus, de banco, de nada. Porque sempre notam onde eu estou. Pelo meu jeito. Se eu vou uma vez em algum lugar, eu volto dali a dois, três meses eles lembram de mim. Interessante, porque a minha fisionomia marca. E a minha voz também marca muito.

Mas em relação a escola eu fiz meu segundo grau, agora depois de quinze anos, eu acordei um dia e disse “hoje eu vou dar um up na minha vida”. Aí resolvi me inscrever em um curso superior, uma graduação. Fiz isso por achar que eu estava precisando de algo mais para mim. Agora é um momento em que no Brasil estão lavando muita roupa suja, mas nós trans estamos tendo algumas oportunidades que nunca tivemos na vida. Quando que uma trans iria ter um programa de televisão? Quando iria apresentar um show? Quando que veríamos uma trans em novelas? E quando que

uma trans iria ser assunto de Fantástico na Globo? Então eu pensei que deveria aproveitar e passei no vestibular de Serviço Social. Começo na semana que vem e dura quatro anos. E eu escolhi Serviço Social, porque eu acredito que com isso além de eu aprender, eu vou poder passar muita experiência de vida, muita, independente do sexo e da sexualidade. Eu vou falar de coisas que eu vivi. E vou aprender tanto, tanto, que a vida pode ficar muito mais dócil. A gente sempre pode ver as coisas de uma outra maneira. Mas eu sei que não será fácil, pois tem muita injustiça, muita desigualdade social. E eu já ouvi coisas que eu nunca imaginei ouvir como cabeleireira, por exemplo, mulheres que foram abusadas pelos próprios maridos, clientes que foram vítimas de estupro por dois filhos, e me deixam sem saber o que falar né? Aí que eu queria poder ajudar mais. Então vai ser muito bom pra mim como pessoa, como crescimento pessoal. E nessa profissão eu poderei ser o que eu sou quanto à minha sexualidade. Laurinha, eu vou poder ser o que eu sou. E pretendo abrir caminho para tantas outras, sabe?! Porque eu acho que todas podem estudar. E todas conseguem. Não vem me dizer que o vício não deixou...ou isso ou aquilo. Todas podem! Eu não sou puritana daquelas que tudo é feio de maneira nenhuma, para mim não tem tranqueira. Eu não tenho pudores comigo, com nada. Eu uso meu salto e é isso que me alimenta, que me faz viver, Laurinha. É isso que me faz eu não viver todo dia em um psicólogo, em um psiquiatra. Por isso que eu me aceito, me monto, me transformo e isso me ajuda no meu dia-a-dia.

E: E tu preferes sair montada ou não?

B: Eu me sinto dona de mim montada. Só que infelizmente a gente não pode ir a tudo quanto é lugar montada pelo preconceito. Eu não posso ir, por exemplo, em um casamento montada. Numa formatura, eu não posso ir num longo. E principalmente porque eu não me aceito para isso ainda. Mas todas podem e devem se aceitar, sendo sempre femininas, sendo como eu sou, das duas maneiras. Eu sou assim porque eu sou assim. Eu me sinto bem assim. É uma defesa que eu tenho, Laurinha. Eu acho que é uma defesa que eu tenho ter o meu lado Bill e o lado Sophia que é o feminino, mas é Bill que sustenta a Sophia. Se a Sophia sustentasse Bill, ela antigamente iria para o meio da prostituição. Ela não teria como sobreviver se não fosse assim. Mas Bill trabalhando, no dia-a-dia, consegue sustentar as loucuras da Sophia. Então eu tenho essas duas maneiras de sair. Só que agora, com essa nova perspectiva de

emprego, eu posso ser o que eu sou. Eu não vou ter aquela loucura de querer sair correndo rua. Bem faceira, colocarei minha pastinha debaixo do braço, me rebocarei de batom e irei onde eu quero ir. Eu peço muita saúde para Deus e paz de espírito, perseverança, que eu não desista do meu curso, porque eu sei que vão aparecer muitos empecilhos. E então eu estarei bem resolvida, que é um sonho que eu sempre tive ser bem resolvida. Porque a nossa vida aqui na terra que eu saiba é uma só...e o futuro a Deus pertence. Eu quero é viver bem aqui e que eu seja o espelho de alguém, Laurinha. Porque no nosso meio, Laurinha, por exemplo, quando eu postei no facebook que eu faria o curso, eu tenho várias amigas trans e nenhuma delas me deu os parabéns. E eu já esperava que fosse assim. Porque elas não querem que uma trabalhe, é assim que acontece. Elas não querem que nenhuma melhore, que ninguém se sobressaia. É um meio que tu queres ajudar, mas tens que saber como ajudar. E as pessoas que mais torcem por ti são as pessoas que não são do meio gay. Porque se eu tivesse que esperar pelo meio gay, eu estava atirada não sei aonde. Bem, mas agora daqui para a frente eu pretendo não parar mais de estudar. E acho que vou me identificar muito com a área da saúde, eu sempre gostei muito, só não fui médica por falta de oportunidades de estudo. E com essa parte de assistência social eu posso trabalhar nesse meio, né? Trabalhar com o bem estar das pessoas, não só da saúde física, mas da mente também, pois tudo é um conjunto.